



Informações Trimestrais

31 de março de 2017

SUMÁRIODemonstrações
financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6

Notas explicativas às
demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	12
3. ATIVOS FINANCEIROS	14
4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	17
5. DEBÊNTURES	17
6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	16
7. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS	17
8. DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA	18
9. RESULTADO DE PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	18
10. PASSIVOS FINANCEIROS	18
11. OUTROS PASSIVOS	20
12. PARTES RELACIONADAS	25
13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	27
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
15. GERENCIAMENTO DE RISCOS	34
16. GESTÃO DE CAPITAL	37
17. CONTRA GARANTIAS PRESTADAS	37
18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	37
19. EVENTOS SUBSEQUENTES	39
20. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR	39
21. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS	40
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	60
RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	61

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota explicativa	31/03/2017	31/12/2016
ATIVO CIRCULANTE		7.852.453	8.741.380
Caixa e equivalentes de caixa		5.278.951	3.961.872
Títulos e valores mobiliários		775.673	3.098.717
Debêntures	5	50.925	1.041.477
Ações e bônus de subscrição	4.2	724.748	2.057.240
Outros créditos		1.796.830	1.679.792
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	244.869	272.665
Direitos recebíveis	7	20.943	1.286
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		300.452	161.700
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	11.1.3	695.454	648.687
Devedores por depósitos em garantia	8	3.625	14.235
Diversos		531.487	581.219
Outros valores e bens		999	999
ATIVO NÃO CIRCULANTE		73.603.364	71.657.716
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		57.920.832	57.048.473
Títulos e valores mobiliários		56.194.501	55.311.208
Debêntures	5	8.599.854	8.571.186
Ações e bônus de subscrição	4.2	45.649.048	44.971.353
Cotas de fundos de investimento	6	1.571.075	1.446.304
Instrumentos financeiros derivativos	3.2.1	374.524	322.365
Outros créditos		1.726.331	1.737.265
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	762.062	745.272
Direitos recebíveis	7	78.535	127.747
Incentivos fiscais		214.194	214.194
Devedores por depósitos em garantia	8	671.103	649.647
Diversos		437	405
Investimentos	4.3	15.682.532	14.609.243
Participações em coligadas		15.682.532	14.609.243
TOTAL DO ATIVO		81.455.817	80.399.096
PASSIVO CIRCULANTE		230.449	1.160.592
Obrigações por emissão de debêntures	10.1.1	85.292	878.039
Obrigações por repasses	10.1.2	52.507	41.574
Outras obrigações		92.650	240.979
Impostos e contribuições sobre o lucro	11	22.663	93.681
Outros impostos e contribuições		11.180	29.393
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	1.653	-
Passivo atuarial	13.1 e 12.4	26.118	25.071
Diversas		31.036	92.834
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.943.686	5.232.491
Obrigações por emissão de debêntures	10.1.1	1.798.627	1.796.765
Obrigações por repasses	10.1.2	513.524	511.719
Outras obrigações		3.631.535	2.924.007
Passivo atuarial	13.1 e 12.4	676.082	654.558
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	1.225.710	1.207.019
Tributos diferidos	11	1.724.090	1.056.777
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		5.653	5.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	75.281.682	74.006.013
Capital social		60.344.504	60.344.504
Ajustes de avaliação patrimonial		18.817.501	18.782.761
Próprios		18.889.753	18.642.976
De coligadas		(72.252)	139.785
Prejuízos acumulados		(3.880.323)	(5.121.252)
TOTAL DO PASSIVO		81.455.817	80.399.096

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	31/03/2017	31/03/2016
RECEITAS OPERACIONAIS		2.730.456	1.437.555
De participações societárias		2.256.299	898.921
Receita de equivalência patrimonial	4.3.2	686.627	679.252
Resultado com alienações de títulos de renda variável		1.128.703	446.114
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		11.533	(171.030)
Juros sobre o capital próprio	4.2.3	4.093	-
Dividendos	4.2.3	28.377	8.745
Outras receitas com participações societárias		282.911	4.698
Resultado com fundos de investimento		114.055	(68.858)
De operações financeiras		474.157	538.634
Receitas de operações de crédito		36.576	10.430
Títulos e valores mobiliários		437.581	528.204
DESPESAS OPERACIONAIS		(820.481)	(3.801.256)
De participações societárias		(682.571)	(3.682.192)
Despesa de equivalência patrimonial	4.3.2	(436.515)	(560.248)
Constituição de provisão para perdas em investimentos	4.2.2 e 4.3.4	(246.056)	(3.121.944)
De operações financeiras		(137.910)	(119.064)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
. Emissão de debêntures		(48.422)	(141.647)
. BNDES		(12.739)	(11.662)
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	9	(76.749)	34.245
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(95.905)	(155.742)
Despesas com tributos		(31.586)	(54.991)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(72)	(89)
Despesas com pessoal		(44.692)	(72.361)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		(22.000)	(23.011)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		15.796	15.878
Despesas administrativas		(9.832)	(23.416)
Diversas		(3.519)	2.248
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.814.070	(2.519.443)
Imposto de renda	11	(25.168)	(153.416)
Contribuição social	11	(9.759)	(55.843)
Tributos diferidos	11	(538.214)	884.459
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		1.240.929	(1.844.243)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		1.240.929.000	(1.844.243.000)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.240.929	(1.844.243)
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	867.530	4.153.058
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de coligadas	95.463	(9.532)
Realização do ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	(612.026)	(289.716)
Ajuste acumulado de conversão de coligadas	(180.557)	(154.801)
Outros resultados abrangentes de coligadas	(126.943)	63.187
Ganhos ou perdas atuariais, líquido de efeitos tributários	(8.727)	3.753
Total do resultado abrangente do período	1.275.669	1.921.706
Ajustes de avaliação patrimonial - Próprio	246.777	3.867.095
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	(212.037)	(101.146)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
		Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2016	60.344.504	4.377.176	830.520	(4.118.948)	61.433.252
Ajustes de avaliação patrimonial	-	3.867.095	(101.146)	-	3.765.949
Prejuízo do período	-	-	-	(1.844.243)	(1.844.243)
Em 31 de março de 2016	60.344.504	8.244.271	729.374	(5.963.191)	63.354.958
Mutações no período	-	3.867.095	(101.146)	(1.844.243)	1.921.706
Em 1º de janeiro de 2017	60.344.504	18.642.976	139.785	(5.121.252)	74.006.013
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 14)	-	246.777	(212.037)	-	34.740
Lucro líquido do período	-	-	-	1.240.929	1.240.929
Em 31 de março de 2017	60.344.504	18.889.753	(72.252)	(3.880.323)	75.281.682
Mutações no período	-	246.777	(212.037)	1.240.929	1.275.669

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	31/03/2017		31/03/2016	
RECEITAS	2.065.410		778.454	
Intermediação financeira	474.157		538.634	
Outras receitas	1.591.253		239.820	
DESPESAS	(124.933)		(187.091)	
Intermediação financeira	(61.161)		(153.309)	
Outras despesas	(63.772)		(33.782)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(330.366)		(3.106.652)	
Materiais, energia e outros	(1.020)		(2.288)	
Serviços de terceiros	(6.541)		(16.665)	
Perda de valores ativos	(322.805)		(3.087.699)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.610.111		(2.515.289)	
RETENÇÕES	(691)		(1.220)	
Depreciação	(691)		(1.220)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.609.420		(2.516.509)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	282.582		127.749	
Resultado de equivalência patrimonial	250.112		119.004	
Dividendos e juros sobre capital próprio	32.470		8.745	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.892.002		(2.388.760)	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.892.002	100,0%	(2.388.760)	100,0%
Pessoal e encargos	38.578	2,0%	61.897	-2,6%
- Remuneração direta	25.539		41.502	
- Benefícios	10.720		16.712	
- FGTS	2.312		3.668	
- Outros	7		15	
Impostos, taxas e contribuições	610.914	32,3%	(609.657)	25,5%
- Federais	610.026		(611.223)	
- Municipais	888		1.566	
Aluguéis	1.581	0,1%	3.243	-0,1%
Lucros (prejuízos) retidos	1.240.929	65,6%	(1.844.243)	77,3%

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/03/2017	31/03/2016
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social	1.814.070	(2.519.443)
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(176.152)	3.305.422
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	76.749	(34.245)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	22.000	23.011
Resultado de participações em coligadas	(250.112)	(119.004)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	(308.245)	-
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	48.242	141.466
Depreciação	691	1.220
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	246.056	3.121.944
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(11.533)	171.030
Varição de ativos e obrigações	428.510	19.500
. (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	(36.187)	(632.156)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	775.606	1.041.519
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(147.356)	(167.814)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	12.739	12.720
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(146.969)	(174.667)
. IR e CSLL pagos	(29.323)	(60.102)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	2.066.428	805.479
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	(41.988)	-
. Compra de investimentos	(2.374)	(13.652)
. Recebimento de dividendos de coligadas	134.141	355.077
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	89.779	341.425
Atividades de financiamentos		
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(839.128)	(46.393)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(839.128)	(46.393)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.317.079	1.100.511
Modificação na posição financeira		
Início do período	3.961.872	1.589.768
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.961.872	1.589.768
Final do período	5.278.951	2.690.279
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.278.951	2.690.279
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.317.079	1.100.511

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A empresa

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Sul, Centro Empresarial Parque Cidade, Quadra 09, Torre C, 12º andar, constituída em 1974, controlada integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Sua ação é pautada nas diretrizes estratégicas formuladas em conjunto com o BNDES e direcionada a apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais. Concretiza-se, principalmente, por meio de participações societárias de caráter minoritário e transitório e, ainda, pelo fortalecimento e modernização do mercado de valores mobiliários.

Em 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR obteve junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta, o que permite à instituição negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado.

Para mais informações sobre a BNDESPAR, sua operação e seu controlador, visite o sítio www.bndes.gov.br.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, que foram mensurados pelo valor justo.

2.1. Aprovação para emissão e moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da BNDESPAR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017 foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 3 de maio de 2017.

A moeda funcional e de apresentação da BNDESPAR é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas demonstrações financeiras trimestrais são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão da BNDESPAR.

Continuidade operacional

As informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da BNDESPAR, uma vez que a Administração está convencida de que esta possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as informações trimestrais no período corrente

Recuperação do resultado com participações societárias decorrente principalmente do crescimento do resultado com alienação de ações e da queda na despesa com provisão para perdas por redução ao valor recuperável;

Redução na carteira de debêntures e crescimento da carteira de investimento em ações de empresas coligadas pela conversão de debêntures de um emissor; e

Queda nas obrigações por emissão de debêntures em razão da liquidação, no vencimento, das debêntures simples da primeira oferta do terceiro programa de emissão.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As notas explicativas incluem informações necessárias para o entendimento das informações trimestrais da BNDESPAR, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza;
- É importante para a compreensão dos resultados da BNDESPAR; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios da BNDESPAR.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As notas explicativas da BNDESPAR, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do CPC e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

Informações sobre práticas contábeis e estimativas gerais significativas podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 21 deste relatório.

3. ATIVOS FINANCEIROS

A BNDESPAR possui ativos financeiros avaliados ao valor justo ou ao custo amortizado.

A classificação depende das características dos ativos e da finalidade para a qual foram adquiridos, conforme política apresentada na Nota Explicativa n.º 21.7.1. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.1. Classificação

Classificação dos ativos financeiros por categoria

	31/03/2017				
	Avaliados ao valor justo			Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos designados por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	
Aplicações em operações compromissadas	-	-	-	5.278.951	5.278.951
Títulos e valores mobiliários					
Debêntures	-	280.211	3.115.496	5.302.311	8.698.018
Ações	-	46.373.796	-	-	46.373.796
Cotas de fundos de investimento	-	1.571.075	-	-	1.571.075
Instrumentos financeiros derivativos	374.524	-	-	-	374.524
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.367.677	1.367.677
Direitos recebíveis	-	-	-	172.468	172.468
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	-	300.452	300.452
Devedores por depósitos em garantia	-	-	-	674.728	674.728
Total	374.524	48.225.082	3.115.496	13.096.587	64.811.689
Circulante					
	-	773.935	-	5.953.428	6.727.363
Não circulante					
	374.524	47.451.147	3.115.496	7.143.159	58.084.326

	31/12/2016				
	Avaliados ao valor justo			Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos designados por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	
Aplicações em operações compromissadas	-	-	-	3.961.872	3.961.872
Títulos e valores mobiliários					
Debêntures	-	317.116	4.093.937	5.244.834	9.655.887
Ações	-	47.028.593	-	-	47.028.593
Cotas de fundos de investimento	-	1.446.304	-	-	1.446.304
Instrumentos financeiros derivativos	322.365	-	-	-	322.365
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.336.371	1.336.371
Direitos recebíveis	-	-	-	171.576	171.576
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	-	161.700	161.700
Devedores por depósitos em garantia	-	-	-	663.882	663.882
Total	322.365	48.792.013	4.093.937	11.540.235	64.748.550
Circulante					
	-	2.110.526	985.636	4.500.092	7.596.254
Não circulante					
	322.365	46.681.487	3.108.301	7.040.143	57.152.296

Não houve reclassificações entre categorias de ativos financeiros no período.

3.2. Títulos avaliados ao valor justo

3.2.1. Títulos Mantidos para Negociação - Derivativos

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável conforme demonstrado a seguir. Conforme determinado pelas normas contábeis, estes ativos são avaliados a valor justo, com contrapartida no próprio resultado do trimestre em que o ganho ou a perda vierem a ocorrer.

Derivativos	Tipo	Metodologia de precificação	Vencimento	31/03/2017	31/12/2016
Opções permutáveis em ações (ativo)	Opção europeia	Simulação de Monte Carlo	jun/2021	354.242	309.240
Opções de compra e subscrição de ações (ativo)	Opção europeia	Árvore Binomial	mar/2019 a abr/2020	20.282	13.125
				374.524	322.365

3.2.2. Títulos Disponíveis para a Venda

Para maiores detalhes sobre os ativos financeiros classificados como títulos disponíveis para a venda, vide Notas Explicativas n.º 21.2, 21.6 e 21.7.

3.2.3. Títulos designados ao valor justo através do resultado

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Como tais derivativos embutidos (opção de conversão ou permuta em ações) alteram de forma significativa os fluxos de caixa, optou-se pela designação no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, implicando na não segregação desses derivativos embutidos.

Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (*hedge*) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações.

Esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda por alavancagem à BNDESPAR. O quadro a seguir apresenta o detalhamento destas debêntures designadas ao valor justo:

	31/03/2017	31/12/2016
Debêntures designadas ao valor justo através do resultado		
Conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	1.753.271	2.719.010
Conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	1.362.225	1.374.927
Total	3.115.496	4.093.937

3.2.4. Valor dos ativos financeiros mensurados ao valor justo, por nível de hierarquia

Ao calcular o valor justo dos ativos financeiros, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia destes ativos:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Os instrumentos incluídos no nível 1 compreendem, principalmente, ações, debêntures, títulos públicos e instrumentos financeiros derivativos negociados em bolsa.

Nível 2 – Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Os instrumentos incluídos no nível 2 compreendem, principalmente, cotas de fundos de investimentos, debêntures classificadas nas categorias designadas ao valor justo e disponível para venda, ações e instrumentos financeiros derivativos negociados em mercado de balcão; e

Nível 3 – Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Os instrumentos incluídos no nível 3 compreendem, principalmente, ações e debêntures classificadas na categoria designados ao valor justo e disponível para venda que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

	31/03/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures - designadas por meio do resultado	-	3.115.496	-	3.115.496
Debêntures - disponíveis para venda	-	280.211	-	280.211
Ações	39.728.398	5.890.955	658.463	46.277.816
Instrumentos financeiros derivativos	-	374.524	-	374.524
Total	39.728.398	9.661.186	658.463	50.048.047

	31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures - designadas por meio do resultado	-	3.996.641	97.296	4.093.937
Debêntures - disponíveis para venda	-	317.116	-	317.116
Ações	41.216.694	5.080.232	635.687	46.932.613
Cotas de fundos de investimento	668	-	-	668
Instrumentos financeiros derivativos	-	322.365	-	322.365
Total	41.217.362	9.716.354	732.983	51.666.699

O total dos ativos financeiros dos quadros acima não considera o valor das ações e das cotas de fundos de investimento mensuradas ao custo de aquisição acrescidos das mutações patrimoniais, apresentados a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Ações:		
Avaliadas a Valor Justo, níveis 1, 2 e 3	46.277.816	46.932.613
Mensuradas ao custo de aquisição	95.980	95.980
Total das Ações	46.373.796	47.028.593
Cotas de Fundos de Investimento:		
Avaliadas a valor justo, níveis 1, 2 e 3	-	668
Mensuradas ao custo de aquisição	1.571.075	1.445.636
Total das Cotas de Fundos de Investimento	1.571.075	1.446.304

3.3. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado

Para os ativos financeiros regidos por contratos com características de empréstimos ou recebíveis (operações compromissadas, debêntures sem opção de permuta e/ou conversão, venda a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis, juros sobre capital próprio e dividendos a receber e devedores por depósitos em garantia) a avaliação se dá pelo custo amortizado.

Como não existe mercado secundário para estes ativos, o seu valor justo é igual ao valor contábil. Para mais detalhes, vide Nota Explicativa n.º 21.7.

	31/03/2017		31/12/2016	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Aplicações em operações compromissadas	5.278.951	5.278.951	3.961.872	3.961.872
Títulos e valores mobiliários				
Debêntures (empréstimos e recebíveis)	5.302.311	5.302.311	5.244.834	5.244.834
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.367.677	1.367.677	1.336.371	1.336.371
Direitos recebíveis	172.468	172.468	171.576	171.576
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	300.452	300.452	161.700	161.700
Devedores por depósitos em garantia	674.728	674.728	663.882	663.882
Total	13.096.587	13.096.587	11.540.235	11.540.235

4. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A principal atividade da BNDESPAR é o apoio de longo prazo, em sintonia com as políticas operacionais do BNDES, via participação societária. O tratamento contábil das participações societárias da BNDESPAR está disposto na Nota Explicativa n.º 21.6.

A participação em empresas avaliadas ao valor justo está apresentada no subgrupo “Títulos e Valores Mobiliários”, na rubrica “Ações e bônus de subscrição”, na categoria “disponíveis para venda” e a participação societária em empresas coligadas está apresentada no subgrupo “Investimentos”, na rubrica “Participações em coligadas”.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, os itens a seguir apresentam a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias.

4.1. Composição dos saldos

Balanco patrimonial	31/03/2017	31/12/2016
Títulos e Valores Mobiliários – Ações e Bônus de subscrição – Circulante	724.748	2.057.240
Títulos e Valores Mobiliários – Ações e Bônus de subscrição – Não circulante	45.649.048	44.971.353
Investimentos – Participações em Coligadas	15.682.532	14.609.243
Total da carteira de participações societárias	62.056.328	61.637.836

Provisão para redução ao valor recuperável de investimentos em ações - DRE	31/03/2017	31/03/2016
Disponíveis para venda	(10.429)	(3.135.268)
Coligadas	(235.627)	13.324
Total	(246.056)	(3.121.944)

4.2. Títulos e Valores Mobiliários – Ações disponíveis para venda

Abaixo segue a composição da carteira de ações e bônus de subscrição classificadas como disponíveis para venda, contendo a abertura das participações em empresas listadas em bolsa, as quais representam cerca de 85% do total da carteira classificada nesta categoria.

Empresas Investidas	Quantidade (mil) de ações possuídas em 31/03/2017		% de participação no capital total em 31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016
	Ordinárias	Preferenciais			
Empresas Investidas					
NÍVEL 1 – Empresas Listadas					
PETROBRAS	11.700	1.254.203	9,70	18.413.845	19.758.427
VALE	206.379	66.185	5,20	8.056.816	6.894.376
ELETROBRÁS	141.758	18.691	11,86	2.861.233	3.713.159
CPFL	68.592	-	6,74	1.767.618	1.731.265
AES TIETÊ ENERGIA (ex. Brasileira)	111.478	445.910	28,33	1.530.587	1.561.801
SUZANO	-	75.910	6,86	995.180	1.060.462
CEMIG	54.343	26.221	6,40	915.895	630.162
EMBRAER	39.762	-	5,37	693.855	630.633
KLABIN	42.573	170.292	4,50	647.112	746.307
RUMO	53.661	-	4,01	458.803	650.118
LIGHT	19.141	-	9,39	378.222	330.179
GERDAU	3.708	21.218	1,45	270.255	256.415
ELETROPAULO ⁽¹⁾	-	18.764	18,73	258.382	205.391
ENGIE BRASIL ENERGIA (ex Tractebel)	6.225	-	0,95	221.491	217.382
TOTVS	7.445	-	4,49	207.492	178.977
IOCHPE	12.143	-	8,77	203.280	100.385
COPASA	4.387	-	3,46	192.261	158.660
EQUATORIAL	3.273	-	1,65	191.801	178.512
ECORODOVIAS	21.000	-	3,76	187.320	171.360
OURO FINO SAÚDE ANIMAL	6.667	-	12,36	166.670	186.670
LINX	9.675	-	5,83	159.728	166.790
OI	38.255	-	4,63	158.757	100.227
TPI TRIUNFO	25.966	-	14,75	126.195	81.533
BRASKEM S.A.	-	3.328	0,42	105.268	141.723
MARFRIG ⁽²⁾	-	-	-	-	675.558
LOJAS AMERICANAS	-	-	-	-	191.643
Subtotal Nível 1				39.168.066	40.718.115
Outras empresas - Nível 1				560.332	498.579
Total Nível 1				39.728.398	41.216.694
NÍVEL 2 - Empresas listadas mas com cotação ajustada e empresas holdings não listadas ⁽¹⁾				5.890.955	5.080.232
NÍVEL 3 - Empresas não listadas (Valor Justo)				658.463	635.687
Custo - Empresas não listadas (Valor de Custo)				95.980	95.980
TOTAL				46.373.796	47.028.593
Circulante				724.748	2.057.240
Não circulante				45.649.048	44.971.353

⁽¹⁾ As ações ordinárias da Eletropaulo sofreram ajuste de liquidez e por isso seus respectivos saldos estão demonstrados no Nível 2. As ações preferenciais continuam classificadas como Nível 1.

⁽²⁾ Em Janeiro/2017 o investimento na Marfrig foi reclassificado da categoria de disponível para venda para investimento em coligada. A BNDEPAR passou a exercer influência significativa após a conversão em ações das debêntures da 5ª emissão, que elevou sua participação no capital votante da empresa de 19,61% para 33,74%.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 21.6.

4.2.1. Movimentações entre níveis

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2017 e de 2016 não houve reclassificação de valores do Nível 1 para o Nível 2.

A movimentação do saldo do investimento em ações avaliadas ao valor justo classificadas no Nível 3 é apresentada a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	635.687	396.074
Aquisições	-	29.781
Transferência para Nível 3, líquido de provisão para redução ao valor recuperável.	-	221.175
Ajuste ao valor justo	22.776	(11.343)
Saldos no final do período/exercício	658.463	635.687

4.2.2. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

As participações societárias da BNDESPAR são submetidas ao teste para verificação de eventuais perdas, conforme política descrita na Nota Explicativa nº. 21.6.1.1. Estas perdas verificadas podem ser diretamente reconhecidas no resultado ou no grupo “Outros Resultados Abrangentes – ORA”. Caso sejam reconhecidas no ORA, tais perdas são transferidas para o resultado do período sempre que atingem os critérios para que a perda seja considerada “permanente”. A seguir, são apresentados os efeitos destas perdas reconhecidas na rubrica “Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos” na demonstração do resultado:

	31/03/2017	31/03/2016
Movimentação resultado do trimestre findo em 31 de março:		
. Ajuste de reclassificação de ORA para resultado	-	(157.644)
. Perda reconhecida diretamente no resultado	(10.429)	(2.977.624)
Total de provisão para perdas constituída no trimestre - ações DPV	(10.429)	(3.135.268)

4.2.3. Outros resultados com investimentos em ações disponíveis para venda

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a BNDESPAR apurou um resultado com alienações de títulos de renda variável no valor de R\$ 1.128.702. Deste total, 95% correspondem ao resultado com alienação de ações classificadas como “Disponível para Venda”.

Além de ganhos econômicos com a valorização de mercado das ações disponíveis para a venda e equivalência patrimonial das coligadas, a BNDESPAR realiza ganhos quando estes investimentos remuneram o acionista na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Abertura das receitas com Juros sobre o capital próprio e Dividendos referentes a empresas listadas em bolsa evidenciadas na Demonstração do Resultado:

	31/03/2017		31/03/2016	
	Dividendos	JSCP	Dividendos	JSCP
COPASA	-	2.375	-	-
CPFL	14.945	-	-	-
ECORODOVIAS	3.963	-	-	-
EMBRAER	-	1.590	-	-
IOCHPE	618	-	1.768	-
KLABIN	6.051	-	6.478	-
Subtotal	25.577	3.965	8.246	-
Outras empresas	2.800	128	499	-
Em 31 de março	28.377	4.093	8.745	-

4.3. Investimentos – Participações em Coligadas

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes, as quais representam cerca de 93% do saldo de investimentos em coligadas em 31/03/2017:

Investimentos											
Coligadas ⁽²⁾	31/03/2017 ⁽¹⁾								31/12/2016		Natureza das atividades do negócio da coligada
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Ágio expectativa de rentabilidade futura	Provisão para perdas	Total	Total		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante							
COPEL	38.299	27.282	23,96	26,41	3.596.292	-	(1.322.272)	2.274.020	2.274.020	Apoio financeiro ao setor elétrico	
Fibra	161.083	-	29,10	29,10	4.076.489	-	-	4.076.489	4.186.573	Apoio financeiro ao setor de papel e celulose	
Granbio	15.094	-	15,00	15,00	104.510	469.806	-	574.316	570.273	Apoio financeiro ao setor de energia (etanol e química verde)	
JBS	581.661	-	21,32	21,32	5.237.748	479.821	-	5.717.569	5.695.291	Apoio financeiro ao setor de alimentos	
Marfrig	209.648	-	33,74	33,74	1.360.619	-	-	1.360.619	-	Apoio financeiro ao setor de alimentos	
Tupy	40.645	-	28,19	29,19	565.834	-	-	565.834	637.270	Apoio financeiro ao setor de metalurgia e siderurgia	
Subtotal					14.941.492	949.627	(1.322.272)	14.568.847	13.363.427		
Outras coligadas					2.260.046	419.022	(1.565.383)	1.113.685	1.245.816		
Total					17.201.538	1.368.649	(2.887.655)	15.682.532	14.609.243		

¹ Data-base de 31/01/2017 do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

² Empresas com sede no Brasil.

³ % de participação sobre o capital – ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

4.3.1. Base para Equivalência Patrimonial – Participações em Coligadas

As informações trimestrais das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela BNDESPAR, quando necessário.

As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	Valor Contábil – Data base: 31/01/2017										31/03/2017
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total	Valor de mercado (2)
COPEL (1)	687.364	16.750.593	1.044.523	1.386.823	15.006.611	201.425	64.613	-	(64.808)	(195)	1.870.388
Fibra	6.345.026	26.821.807	3.443.573	15.713.648	14.009.612	1.268.382	41.462	-	(27.817)	13.645	4.650.457
Granbio	6.884	817.716	21.504	106.364	696.732	409	(8.728)	-	(315)	(9.043)	
JBS	10.298.330	44.871.547	14.703.400	15.894.615	24.571.862	8.446.004	1.195.262	-	(723.853)	471.409	6.002.743
Marfrig	3.651.603	12.665.517	2.533.368	10.839.797	2.943.955	-	-	-	-	-	1.213.864
Tupy (1)	1.429.156	3.064.583	788.640	1.697.967	2.007.132	332.778	(191.088)	-	7.590	(2.043)	601.958
Subtotal	22.418.363	104.991.763	22.535.008	45.639.214	59.235.904	10.248.998	1.101.521	-	(809.203)	473.773	
Outras coligadas	2.382.285	7.927.199	2.514.007	2.803.371	4.992.106	337.743	131.885	195.798	30.207	357.890	
Total	24.800.648	112.918.962	25.049.015	48.442.585	64.228.010	10.586.741	1233.406	195.798	(778.996)	831.663	

(1) Os Lucros e Prejuízos foram ajustados para refletir a parcela da realização dos Outros Resultados Abrangentes (Adoção Inicial CPC) reconhecidos pela coligada em Lucros Acumulados.

(2) Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

4.3.2. Movimentação dos investimentos em coligadas

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas na carteira da BNDESPAR respectivamente para os trimestres findos em:

31/03/2017									
Coligadas	Saldo em 01/01/2017	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável	Efeitos transferências de para TVM	Saldo em 31/03/2017
COPEL	2.274.020	-	2.878	15.484	-	(15.531)	(2.831)	-	2.274.020
Fibria	4.186.573	-	(114.363)	12.373	-	(8.094)	-	-	4.076.489
Granbio	570.273	-	-	4.090	-	(47)	-	-	574.316
JBS	5.695.291	-	(19.096)	216.181	(20.105)	(154.702)	-	-	5.717.569
Marfrig	-	-	-	-	-	-	-	1.360.619	1.360.619
Tupy	637.270	-	-	(73.575)	-	2.139	-	-	565.834
Subtotal	13.363.427	-	(130.581)	174.553	(20.105)	(176.235)	(2.831)	1.360.619	14.568.847
Outras coligadas ⁽²⁾	1.245.816	2.374	(3.560)	96.496	(832)	6.187	(232.796)	-	1.113.685
Total	14.609.243	2.374	(134.141)	271.049	(20.937)	(170.048)	(235.627)	1.360.619	15.682.532

31/03/2016									
Coligadas	Saldo em 01/01/2016	Aquisições	Dividendos / JSCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados de equivalência patrimonial (1)	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas	Reversão (constituição) de provisão para redução ao valor recuperável		Saldo em 31/03/2016
COPEL	3.342.065	-	(77.783)	101.322	-	61.507	-	-	3.427.111
Fibria	3.527.663	-	(23.647)	220.030	-	2.695	-	-	3.726.741
Granbio	577.592	-	-	6.249	-	1.651	-	-	585.492
JBS	6.683.574	-	(229.509)	(353.287)	228.272	(180.544)	-	-	6.148.506
Marfrig	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tupy	673.538	-	-	3.445	-	8.724	-	-	685.707
Subtotal	14.804.432	-	(330.939)	(22.241)	228.272	(105.967)	-	-	14.573.557
Outras coligadas	1.601.116	18.350	(24.138)	(87.027)	-	4.821	13.324	-	1.526.446
Total	16.405.548	18.350	(355.077)	(109.268)	228.272	(101.146)	13.324	-	16.100.003

⁽¹⁾ Inclui os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas e da amortização da Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2017, ocorreu realização por venda de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido de R\$ 41.989 (no trimestre findo em 31 de março de 2016 não houve realização por venda). Tais efeitos se referem a alienação de uma coligada 100% provisionada, sem efeito na movimentação do ativo, cujo investimento se encontrava na linha de Outras coligadas.

4.3.3. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	31/03/2017	31/03/2016
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR	249.394	198.605
Perdas não reconhecidas no trimestre	49.703	-

4.3.4. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Para a análise do valor recuperável de investimentos em coligadas, o teste mais recente foi realizado em 31 de março de 2017, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado dessa análise, os efeitos foram reconhecidos na rubrica "Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos" na demonstração do resultado e estão demonstrados nos quadros da Nota Explicativa n.º 4.3.2. Movimentação dos investimentos em coligadas.

Principal perda por redução ao valor recuperável para um ativo individual	31/03/2017	31/03/2016
Valor em uso:		
Valor contábil do investimento antes da provisão para redução do valor recuperável	2.276.851	-
Valor em uso apurado	2.274.020	-
Provisão constituída para redução ao valor recuperável	(2.831)	-

Para o cálculo do valor em uso da principal perda por redução ao valor recuperável, reconhecida no trimestre findo em 31 de março de 2017, para um ativo individual, foi utilizado o método de Soma das Partes, calculados por unidade de negócio, com base nas demonstrações de setembro de 2016, atualizadas para dezembro de 2016, no qual se busca apurar o valor do *equity* (ações) de uma Companhia através da soma dos valores das divisões/subsidiárias que a compõem. Os fluxos de caixa livres da foram projetados para períodos específicos para cada unidade de negócio, sendo os principais projetados até 2045, 2046 e 2050, não sendo considerada perpetuidade, e descontados com base no custo médio ponderado de capital estimado em 11,04%. As projeções do fluxo de caixa foram realizadas utilizando-se principalmente premissas baseadas em dados observáveis no mercado, desempenho histórico da investida e expectativas econômicas futuras.

Para a unidade de negócio de Distribuição, foi calculada a elasticidade-renda do consumo do setor no período de 2000 a 2014 e a partir desta elasticidade, aplicou-se a variação esperada do PIB pelo BNDES (Área de Pesquisa Econômica). Na unidade de negócio de Geração, a projeção dos fluxos de caixa observou a garantia física de cada ativo até a data de vencimento de cada concessão, obtendo-se, assim, a energia disponível para comercialização no período projetado, considerando-se um índice de perdas técnicas para cada unidade geradora. Sobre a tarifa de Geração, com relação à tarifa do mercado regulado, utilizamos os valores dos contratos atualmente vigentes, atualizados pela inflação e à medida que se verificam os vencimentos de tais contratos, estimou-se em R\$ 172,00 / MWh (em moeda de 2015) o preço de longo prazo no ACR, com base na tarifa média observada nos leilões da CCEE ocorridos entre 2005 e 2015 para suprimento de longo prazo. Já a tarifa do mercado livre foi estimada inicialmente em R\$ 162 / MWh (moeda de 2015), equivalente a tarifa média praticada; reduzida gradualmente ao longo de 2 anos para R\$ 150 / MWh (moeda de 2015), equivalente à média de mercado dos novos contratos de longo prazo; e em seguida, atualizada pela inflação nos demais anos.

No trimestre findo em 31 de março de 2016 não houve perda por redução ao valor recuperável relevante reconhecida para um ativo individual.

5. DEBÊNTURES

A tabela a seguir demonstra os saldos brutos das debêntures por categoria e vencimento:

	31/03/2017			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	Títulos disponíveis para venda	Títulos designados por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	
A vencer:				
2017	49.187	-	1.748	50.935
2018	-	840.325	234.296	1.074.621
2019	231.024	179.995	-	411.019
2020	-	1.567.319	2.109.709	3.677.028
2021	-	262.237	380.319	642.556
Após 2021	-	265.620	2.576.239	2.841.859
Total	280.211	3.115.496	5.302.311	8.698.018

	31/12/2016			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado	Saldo contábil
	Títulos disponíveis para venda	Títulos designados por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	
A vencer:				
2017	53.286	985.636	2.568	1.041.490
2018	-	918.997	237.122	1.156.119
2019	263.830	176.508	-	440.338
2020	-	1.546.740	2.060.122	3.606.862
2021	-	232.311	384.391	616.702
Após 2021	-	233.745	2.560.631	2.794.376
Total	317.116	4.093.937	5.244.834	9.655.887

5.1. Conciliação da movimentação da provisão para redução ao valor recuperável das debêntures:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(43.224)	(46.908)
Reversão (constituição) líquida *	(4.015)	3.684
Saldo no final do trimestre/exercício	(47.239)	(43.224)

*O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 9.

5.2. Movimentação do saldo de debêntures avaliadas ao valor justo classificadas no nível 3 da hierarquia de valor justo:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldos no início do exercício	97.296	36.215
Reclassificações de níveis	(97.296)	107.990
Ganhos e perdas reconhecidos:		
No resultado do período	-	(46.909)
Saldos no final do trimestre/exercício	-	97.296

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base das informações trimestrais.

Fundo	Administrador	31/03/2017	31/12/2016
- Fundo de Invest Em Part Brasil Energia	Banco Bradesco S.A	377.550	345.313
- Fd Infra Brasil Fundo de Investimentos em Participações	Mantiq Investimentos Ltda.	95.294	98.271
- FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica	INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA	120.308	124.715
- Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	Banco Bradesco S.A	145.286	138.097
- Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	108.893	39.573
- Investidores Institucionais II - Fundo Invest. Partic.	Caixa Econômica Federal	1.991	3.248
- Brasil Óleo e Gás FIP	Caixa Econômica Federal	19.954	20.058
-FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	6.516	6.547
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás - Fundo de Investimento	BRKB DTVM S.A.	107	14.012
- Brasil Mezanino Infra-Estrutura - FIP	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	26.674	26.458
-FMIEE CRIATEC	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	44.186	42.703
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	12.357	14.562
- CRP VII - Fundo de Investimento e Participações	CRP Companhia de Participações S.A	21.259	21.140
- Rio Bravo Cinema I - FUNCINE	Rio Bravo Investimentos S.A.	5.798	5.809
-Brasil Agronegócio - Fd de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	78.200	77.041
- FIP Performa Key De Inovação em Meio Ambiente	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda.	41.695	38.341
- FIP Empresas Sustentáveis na Amazônia	BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM	41.094	41.380
- FIP Brasil Sustentabilidade	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	102.338	102.656
- Empreendedor Brasil Fd Mutuo de Inv. Emp. Emergentes	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	18.631	8.299
- Fundo BBI Financeiro I - FMIEE	BBI Financeiro Gestão de Recursos S.A.	27.657	27.357
- Fundo de Investimento em Participações INSEED FIMA	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	22.029	23.314
- Capital Tech II - Fundo de Investimento em Participações	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.	42.638	30.772
- Fundo de Investimento em Participações CRIATEC II	Lions Trust Administradora de Recursos Ltda	37.481	34.488
- Pátria Infraestrutura III - FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	51.872	39.349
- Outros		121.267	122.801
Total		1.571.075	1.446.304

7. VENDA A PRAZO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DIREITOS RECEBÍVEIS

As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:

	31/03/2017	31/12/2016
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.367.677	1.336.371
Provisão para redução no valor recuperável	(360.746)	(318.434)
	1.006.931	1.017.937
Direitos recebíveis	172.468	171.576
Provisão para redução no valor recuperável	(72.990)	(42.543)
	99.478	129.033
Total	1.106.409	1.146.970
Circulante	265.812	273.951
Não Circulante	840.597	873.019

7.1. Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por setor de atividade e por vencimento

	31/03/2017	31/12/2016
Setor Público	120.797	117.948
Setor Privado		
Indústria	1.100.391	1.065.700
Outros serviços	318.957	324.299
	1.419.348	1.389.999
Total	1.540.145	1.507.947

31/03/2017		31/12/2016	
Vencido	36	Vencido	32.887
A vencer:		A vencer:	
2017	297.601	2017	326.830
2018	18.715	2018	19.118
2019	56.566	2019	55.864
2020	19.035	2020	19.507
2021	43.351	2021	43.908
Após 2021	1.104.841	Após 2021	1.009.833
Total	1.540.145	Total	1.507.947

7.2. Conciliação da movimentação da provisão para redução ao valor recuperável sobre operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis

	Venda a prazo de títulos e valores mobiliários		Direitos recebíveis	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(318.434)	(7.848)	(42.543)	(65.306)
(Constituição) reversão líquida *	(42.332)	(405.172)	(30.447)	22.763
Baixas contra provisão	20	94.586	-	-
Saldo no final do período	(360.746)	(318.434)	(72.990)	(42.543)

* O efeito no resultado está apresentado na Nota Explicativa n.º 9.

8. DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA

Refere-se principalmente a processos administrativos instaurados pela Receita Federal, nos quais a BNDESPAR é parte, e que questionam, em sua maioria, a exclusão de receitas originadas na alienação de participações societárias (ações) das bases de cálculo de PIS e COFINS, ocorridas em 2005. Em todos os casos foram apresentadas impugnações ainda pendentes de julgamento definitivo. Tais processos se encontram com probabilidade de perda classificada como possível. Não obstante terem sido integralmente depositados, seus valores atualizados pela SELIC totalizam R\$ 671.103 em 31 de março de 2017 (R\$ 658.751 em 31 de dezembro de 2016).

O saldo total de devedores por depósitos em garantia em 31 de março de 2017 é de R\$ 674.728 (R\$ 663.882 em 31 de dezembro de 2016).

9. RESULTADO DE PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	31/03/2017	31/03/2016
Reversão (constituição) líquida:		
Debêntures	(4.015)	(4.477)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(42.332)	(63.116)
Direitos recebíveis	(30.447)	34.535
Recuperação de créditos baixados do ativo	45	67.303
Receita (despesa) líquida apropriada	(76.749)	34.245

10. PASSIVOS FINANCEIROS

O tratamento contábil dos passivos financeiros da BNDESPAR está disponível na nota explicativa n.º 21.7.2.

10.1. Classificação

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao custo amortizado”.

	31/03/2017	31/12/2016
Obrigações por emissão de debêntures	1.883.919	2.674.804
Obrigações por repasses	566.031	553.293
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	5.653	5.653
Total	2.455.603	3.233.750
Circulante	137.799	919.613
Não circulante	2.317.804	2.314.137

10.1.1. Emissão de debêntures

O quadro abaixo apresenta as emissões públicas de debêntures realizadas pela BNDESPAR com saldos a vencer em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Ano	Programa	Oferta	Série	Remuneração	Valor unitário	Valor principal	Vencimento	Atualização monetária e juros	Datas de pagamento dos juros
2010	Terceiro	Quinta	Terceira	Indexada ao IPCA	1	525.000	15/01/2017	IPCA + 6,2991%	15/01/2013; 15/01/2014; 15/01/2015; 15/01/2016 e 15/01/2017
2012	Terceiro	Sexta	Terceira	Indexada ao IPCA	1	1.289.000	15/05/2019	IPCA + 5,399%	15/05/2014; 15/05/2015; 15/05/2016; 15/05/2017 e 15/05/2018

As escrituras de emissão das debêntures da BNDESPAR preveem algumas cláusulas restritivas (*covenants*) de caráter não financeiro, cujo descumprimento pode acarretar vencimento antecipado. O cumprimento dessas cláusulas é acompanhado permanentemente pela BNDESPAR e em 31 de março de 2017 todas as cláusulas foram atendidas.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	31/03/2017	31/12/2016
1º distribuição – Terceiro Programa			
3ª série (*)	15/01/2017		
Principal corrigido (IPCA)		-	787.816
Juros provisionados (6,2991% a.a)		-	47.598
		-	835.414
2º distribuição – Terceiro Programa			
3ª série	15/05/2019		
Principal corrigido (IPCA)		1.798.627	1.778.984
Juros provisionados (5,3999% a.a)		85.292	60.406
		1.883.919	1.839.390
Total		1.883.919	2.674.804
Circulante		85.292	878.039
Não circulante		1.798.627	1.796.765

(*) Liquidada na data do vencimento

10.1.2. Obrigações por Repasses

Composição

	31/03/2017	31/12/2016
BNDES	566.031	553.293
Total	566.031	553.293
Circulante	52.507	41.574
Não circulante	513.524	511.719

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a BNDESPAR possuía apenas saldo em moeda nacional.

Vencimento:

31/03/2017		31/12/2016	
A vencer:		A vencer:	
2017	52.507	2016	41.574
2018	-	2017	-
2019	10.699	2018	10.661
2020	25.677	2019	25.586
2021	25.677	2020	25.586
Após 2021	451.471	Após 2020	449.886
Total	566.031	Total	553.293

31/03/2017		31/12/2016	
A vencer:		A vencer:	
2017	52.507	2016	41.574
2018	-	2017	-
2019	10.699	2018	10.661
2020	25.677	2019	25.586
2021	25.677	2020	25.586
Após 2021	451.471	Após 2020	449.886
Total	566.031	Total	553.293

As obrigações por repasses perante o BNDES estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP acrescida de juros de até 2% ao ano. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2039.

10.2. Valor justo dos passivos financeiros

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a BNDESPAR não possuía saldos de passivos financeiros avaliados ao valor justo. O valor dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, comparados com seu valor justo, é o seguinte:

	31/03/2017		31/12/2016	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Obrigações por emissão de debêntures	1.883.919	1.878.613	2.674.804	2.632.586
Obrigações por repasses	566.031	566.031	553.293	553.293
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários	5.653	5.653	5.653	5.653
Total	2.455.603	2.450.297	3.233.750	3.191.532

O valor de justo das debêntures emitidas pela BNDESPAR foi obtido com base em preços divulgados pela ANBIMA e pela CETIP.

11. OUTROS PASSIVOS

11.1. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. A BNDESPAR está sujeita às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Contribuição para o PIS/PASEP ¹	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ¹	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

¹ Para as receitas financeiras e as decorrentes de alienação de participação societária a alíquota do PIS/PASEP é de 0,65%, e da COFINS é de 4%.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA), e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Detalhes sobre os aspectos tributários a que a BNDESPAR está sujeita encontram-se na Nota Explicativa n.º 21.10.

11.1.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	31/03/2017	31/03/2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.814.070	(2.519.443)
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	(616.784)	856.611
Ajustes	43.643	(181.411)
. Equivalência Patrimonial Líquida	100.537	40.461
. Dividendos de investimentos avaliados a custo ou valor justo	9.648	2.973
. Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ¹	(65.426)	(209.337)
. Outros ²	(1.116)	(15.508)
Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na DRE	(573.141)	675.200
. Tributos Correntes	(34.927)	(209.259)
. Tributos Diferidos	(538.214)	884.459
	(573.141)	675.200
Alíquota Efetiva	31,6%	26,8%

¹ Decorrem, principalmente, de mudanças na expectativa de realização de diferenças temporárias dedutíveis de anos anteriores.

² Refere-se, principalmente, a outras diferenças permanentes.

11.1.2. IR e CSLL Diferidos

(a) Saldo dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/03/2017	31/03/2016	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado			
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	8.578.645	8.548.015	Alienação dos títulos
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	417.303	379.046	Decisão judicial definitiva
. Ágio amortizado	56.360	60.653	Alienação dos títulos
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	-	1.007.155	Alienação dos títulos
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.590	19.302	Recebimento ou efetivação da perda
. Outros	40.067	(171.561)	
Subtotal	9.213.965	9.842.610	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Perda atuarial – FAMS	16.823	154	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	16.823	154	
Total dos créditos tributários diferidos	9.230.788	9.842.764	
Passivo			
Contrapartida no resultado			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(305.648)	(1.212.989)	Alienação dos títulos
. Ganho por compra vantajosa	(728.951)	(746.462)	Alienação dos títulos
. Outros	(34.354)	(66.278)	
Subtotal	(1.068.953)	(2.025.729)	
Contrapartida no patrimônio líquido			
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - disponíveis para venda	(9.885.925)	(4.293.419)	Alienação dos títulos
Subtotal	(9.885.925)	(4.293.419)	
Total dos débitos tributários diferidos	(10.954.878)	(6.319.148)	

Saldo patrimonial líquido	31/03/2017	31/03/2016
Tributos diferidos ativos	9.230.788	9.842.764
Tributos diferidos passivos	(10.954.878)	(6.319.148)
Saldo diferido final	(1.724.090)	3.523.616

(b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	31/12/2016	Constituição	Realização	31/03/2017
Contrapartida no resultado:				
. Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	8.984.202	84.703	(490.260)	8.578.645
. Provisão para ações trabalhistas e cíveis	410.386	10.104	(3.187)	417.303
. Ágio amortizado	113.281	-	(56.921)	56.360
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	110.534	83.676	(72.620)	121.590
. Outros	43.898	1.720	(5.551)	40.067
Subtotal	9.662.301	180.203	(628.539)	9.213.965
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Perda atuarial – FAMS	14.299	2.524	-	16.823
Subtotal	14.299	2.524	-	16.823
Total dos créditos tributários diferidos	9.676.600	182.727	(628.539)	9.230.788
Passivo	31/12/2016	Constituição	Realização	31/03/2017
Contrapartida no resultado:				
. Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(215.770)	(214.443)	124.565	(305.648)
. Ganho por compra vantajosa	(728.951)	-	-	(728.951)
. Outros	(34.354)	-	-	(34.354)
Subtotal	(979.075)	(214.443)	124.565	(1.068.953)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
. Ajuste a valor justo de instr. financeiros - disponíveis para venda	(9.754.302)	(131.623)	-	(9.885.925)
Subtotal	(9.754.302)	(131.623)	-	(9.885.925)
Total dos débitos diferidos	(10.733.377)	(346.066)	124.565	(10.954.878)

(c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	31/12/2016	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2017
Créditos tributários diferidos	9.676.600	(448.336)	2.524	9.230.788
Débitos tributários diferidos	(10.733.377)	(89.878)	(131.623)	(10.954.878)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(1.056.777)	(538.214)	(129.099)	(1.724.090)

	31/12/2015	Efeito no Resultado	Efeito no PL	31/03/2016
Créditos tributários diferidos	9.002.332	840.516	(85)	9.842.764
Débitos tributários diferidos	(4.372.883)	43.943	(1.990.207)	(6.319.147)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	4.629.449	884.459	(1.990.292)	3.523.616

(d) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Em 31 de março de 2017, não foram reconhecidos créditos tributários no montante de R\$ 357.228 (R\$ 291.803 em 31 de dezembro de 2016), em sua maioria, pelo fato de não possuírem expectativa de realização nos próximos 10 anos. Tais créditos poderão ser registrados no período em que atenderem aos critérios normativos e/ou apresentarem expectativa de realização pelo prazo máximo de 10 anos.

(e) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários diferidos

	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2017	741.240	8,0%	(976.706)	8,9%	(235.466)
2018	890.645	9,6%	(1.086.833)	9,9%	(196.188)
2019	903.180	9,8%	(1.034.632)	9,4%	(131.452)
2020	889.945	9,6%	(1.097.827)	10,0%	(207.882)
2021	1.305.598	14,1%	(1.040.211)	9,6%	265.387
2022 a 2026	4.491.775	48,8%	(5.254.473)	48,0%	(762.698)
Após 2026 ³	8.405	0,1%	(464.196)	4,2%	(455.791)
Total	9.230.788	100,0%	(10.954.878)	100,0%	(1.724.090)

³ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.355/2006.

11.1.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	31/03/2017	31/12/2016
IRPJ/CSLL a compensar	595.385	576.347
Imposto de renda retido na fonte	98.892	71.164
Outros	1.177	1.176
Total no Circulante	695.454	648.687

11.2. PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, previdenciárias, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e política da BNDESPAR para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 21.11.

As provisões constituídas estão apresentadas, segregadas por natureza, a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Processos trabalhistas	7.165	15.213
Processos cíveis	1.220.198	1.191.806
Total	1.227.363	1.207.019
Circulante	1.653	-
Não Circulante	1.225.710	1.207.019

Cronograma esperado de realização destas provisões em 31 de março de 2017:

	Processos trabalhistas	Processos cíveis
2017	-	-
2018	6.613	-
2019	386	2.331
2020	15	27
2021	151	1.217.840
Total	7.165	1.220.198

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre oito processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos a horas extras pré-contratadas (extintas quando do advento da Lei n.º 10.566/2002) e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor).

Em 31 de março de 2017 existiam 11 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.875, que versam sobre complementação de aposentadoria, reforma administrativa do Governo Collor e hora extra.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas nos exercícios:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	15.213	13.531
Pagamentos	(1.656)	(343)
Constituições	2.980	3.400
Reversões	(9.372)	(1.375)
Saldo no final do período	7.165	15.213

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre seis processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.

Movimentação das provisões cíveis no período:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	1.191.806	1.078.299
Constituições	28.392	117.595
Reversões	-	(4.088)
Saldo no final do período	1.220.198	1.191.806

Em 31 de março de 2017 existiam 17 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.268.551, dentre os quais 16 processos no valor de R\$ 1.265.617 se referem a questões tributárias e versam sobre cobrança de PIS e COFINS sobre venda de participações societárias, cobrança de IPTU e questões contratuais.

12. PARTES RELACIONADAS

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento CPC n.º 05, aprovado pela Deliberação CVM n.º 560/2008.

12.1. Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na Nota Explicativa n.º 10.1.2 (obrigações por repasses):

	31/03/2017	31/12/2016
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas ⁽¹⁾	5.278.951	3.961.872
Passivo		
Operações de repasses		
Moeda nacional	(566.031)	(553.293)

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas:		
Aplicações em operações compromissadas	140.070	70.415
Despesas:		
Operações de repasses		
Moeda nacional	(12.739)	(11.662)

⁽¹⁾ As aplicações em operações compromissadas com o controlador são consideradas como caixa e equivalentes de caixa, vide Nota Explicativa n.º 21.9.

12.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, tais como Banco do Brasil, Eletrobras e Petrobras.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Ativos		
Fundos, operações compromissadas, debêntures, venda a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos e JSCP a receber	5.417.250	3.221.069
Provisão para risco de crédito	(1.383)	(1.393)

A BNDESPAR também investe em ações de algumas dessas Companhias conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 4.2.

12.3. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o plano de aposentadoria e pensões e com o plano de assistência e saúde, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na Nota Explicativa n.º 13.1:

	31/03/2017	31/12/2016
Passivo		
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios (PBB)	361.904	382.782
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde (PAS)	340.296	296.847
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes - PBB	(180.763)	(207.904)
Outros resultados abrangentes - PAS	(136.634)	(98.242)

	31/03/2017	31/03/2016
Despesas:		
Plano Básico de Benefícios – PBB	(11.292)	(4.628)
Plano de Assistência e Saúde – PAS	(5.057)	(3.959)

12.4. Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 4. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Ativos		
Direitos Recebíveis	96.380	165.939
Provisão	(96.380)	(165.939)
Dividendos a receber de coligadas	236.560	99.239

12.5. Remuneração de empregados e dirigentes

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração da BNDESPAR (membros dos Conselhos de Administração e Fiscal):

	31/03/2017	31/03/2016
Benefícios de curto prazo:		
Salários e encargos	202	247

Estão destacadas abaixo as informações relativas às maiores e menores remunerações pagas a administradores e empregados (salário mensal, sem encargos) da BNDESPAR no período:

	31/03/2017		31/03/2016	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	8,01	67,23	8,09	62,25
Menor Salário	8,01	3,68	8,09	3,40
Salário Médio	8,01	31,93	8,09	29,96

A BNDESPAR não possui remuneração baseada em ações e não oferece outros benefícios de longo prazo para seu pessoal-chave da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da BNDESPAR.

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos resultados de empregados, decorrentes de pagamentos, ajustes e novos provisionamentos:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	5.573	8.415
Ajuste do valor provisionado	-	51
Pagamentos realizados	-	(8.466)
Provisão do exercício	-	5.573
Saldo no fim do trimestre/exercício	5.573	5.573

13. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica e outros benefícios concedidos aos empregados da BNDESPAR podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 21.12.

13.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Passivo atuarial - Plano Básico de Benefícios (PBB)	361.904	382.782
Passivo atuarial - Plano de Assistência e Saúde (PAS)	340.296	296.847
Total do passivo atuarial	702.200	679.629
Circulante		
Passivo atuarial – PBB	12.682	12.352
Passivo atuarial – PAS	13.436	12.719
	26.118	25.071
Não Circulante		
Passivo atuarial – PBB	349.222	370.430
Passivo atuarial – PAS	326.860	284.128
	676.082	654.558

13.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Entre os riscos relevantes associados ao plano, tem-se:

- Incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, em 31 de março de 2017 é de R\$ 5.531,31 por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano; e
- Possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no benefício básico.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os patrocinadores a um risco concentrado.

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, com base nos dados de janeiro de 2017 e atualizada até 31 de março de 2017:

	31/03/2017	31/12/2016
Valor presente da obrigação atuarial	1.910.246	1.814.750
Valor justo dos ativos do plano	(1.548.342)	(1.431.967)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	361.904	382.783

Em 29/12/2016 foi validado pelo Conselho Deliberativo da Fapes, após aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o Plano de Equacionamento do Déficit do PBB. O valor a ser equacionado é de R\$ 953.523 e serão pagos 50% pelos Patrocinadores e 50% pelos participantes ativos e assistidos. O pagamento será através de contribuição extraordinária, que teve o seu início a partir de março de 2017 e com duração prevista de 25 anos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	31/03/2017	31/12/2016
Valor presente no início do período	1.814.750	1.566.397
Custo do serviço corrente	332	1.806
Custo dos juros da obrigação	55.452	219.592
Contribuições dos participantes do plano	357	1.373
Benefícios pagos	(30.055)	(114.309)
Perdas (Ganhos) atuariais	69.410	139.891
Mudança de premissas (tábuas atuariais)	662	-
Mudança de premissas (taxa de desconto)	134.254	184.949
Mudança de premissas (crescimento salarial)	-	273
Ajuste de experiência	(65.506)	(45.331)
Valor presente no final do período	1.910.246	1.814.750

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	31/03/2017	31/12/2016
Valor justo no início do período	1.431.967	1.312.498
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	96.552	23.565
Contribuições recebidas do empregador *	5.766	24.842
Contribuições recebidas dos participantes	357	1.373
Benefícios pagos	(30.055)	(114.309)
Receita dos juros	43.755	183.998
Valor justo no final do período	1.548.342	1.431.967

*Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida

A BNDESPAR espera contribuir com o PBB, para os próximos doze meses, em aproximadamente R\$ 24.563.

A duração média da obrigação atuarial é de 18,49 anos em 31 de março de 2017 (17,27 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de março de 2017 para os próximos anos:

Plano PBB	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDESPAR	133.589	133.974	405.118	3.111.696	3.784.377

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e taxa de crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente) utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(179.832)	(9,41%)
Redução de 1% a.a.	214.338	11,22%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	32.974	1,67%
Redução de 1 ano na idade	(32.968)	(1,73%)
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	1.485	0,08%
Redução de 1% a.a.	(1.425)	(0,07%)

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	31/03/2017	31/03/2016
Custo do serviço corrente	332	1.089
Custo dos juros da obrigação	55.452	51.847
Receita de juros dos ativos	(43.755)	(43.443)
Total	12.029	9.493

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são assim demonstrados:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo do início do período	207.904	91.578
Perdas (Ganhos) atuariais	69.411	139.891
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(96.552)	(23.565)
Saldo no final do período	180.763	207.904

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 31 de março de 2017, com vencimento em 2035.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	31/03/2017				31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	278.531	536.107	572.478	1.387.116	259.038	518.826	507.279	1.285.143
Ações	242.770			242.770	225.376			225.376
Multimercado	35.761	536.107	522.979	1.094.847	33.662	518.826	462.392	1.014.880
Empresas emergentes			3.174	3.174			1.660	1.660
Participações			46.325	46.325			43.227	43.227
Imóveis ¹		116.771		116.771		117.513		117.513
Locados a terceiros		110.379		110.379		111.089		111.089
Locados aos Patrocinadores		6.392		6.392		6.424		6.424
Empréstimos e Financiamentos			53.364	53.364			52.438	52.438
Subtotal	278.531	652.878	625.842	1.557.251	259.038	636.339	559.717	1.455.094
Outros ativos (passivos) não avaliados a valor justo ²				10.200				8.379
Outras deduções ³				(26.035)				(31.506)
Total				1.541.416				1.431.967
Atualização de data-base⁴				6.826				-
Total				1.548.242				1.431.967

¹ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 4.008 em 31 de março de 2017 (R\$ 3.999 em 31 de dezembro de 2016)

² Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

³ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

⁴ Projeção do valor justo dos ativos do plano para 31/03/2017. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Taxa Selic vigente em 31/03/2017

Contas a Pagar FAPES - Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	31/03/2017	31/12/2016
Contratos de 2002 (a)	121.077	121.923
Contratos de 2004 (b)	12.289	14.007
Total	133.366	135.930

Contratos de 2002 – Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas mensais. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

Contratos de 2004 – Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004. Em agosto de 2008, foram celebrados instrumentos particulares de retificação e aditamento a esses contratos, que sanaram pendências existentes desde as celebrações originais em novembro de 2004.

A FAPES, através de pleito administrativo, solicitou junto aos patrocinadores do PBB o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes em função de interpretação e reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração manifestou-se em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Planejamento.

Em 21 de julho de 2016, a FAPES ingressou, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, com ação de cobrança. Em 26 de julho de 2016, o SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por seis meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal para se discutir de forma mais ampla as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do Plano de Previdência administrado pela Fapes.

O BNDES, e por decorrência a BNDESPAR, classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e nesse sentido o valor em litígio não foi provisionado.

13.1.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde – PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde, garantindo a prestação continuada de serviços de assistência médico-hospitalar, com obstetrícia e odontologia.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de março de 2017, a partir da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, com base nos dados de fevereiro 2017 e atualizada até 31 de março de 2017, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	31/03/2017	31/12/2016
Valor presente das obrigações	340.296	296.847
Passivo líquido	340.296	296.847

A movimentação no saldo da obrigação durante o trimestre é demonstrada a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	296.847	187.830
Custo do serviço corrente	454	1.584
Custo dos juros da obrigação	8.977	26.332
Benefícios pagos	(4.373)	(14.715)
Perdas (ganhos) atuariais	38.391	95.816
Mudanças de premissas (taxa de desconto)	25.174	42.196
Ajustes de experiência	13.217	53.620
Saldo no final do período	340.296	296.847

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/03/2017	31/03/2016
Custo do serviço corrente	454	262
Custo dos juros da obrigação	8.977	6.217
Total	9.431	6.479

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são assim demonstrados:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo do início do período	98.242	2.426
Perdas (Ganhos) atuariais	38.391	95.816
Saldo no final do período	136.633	98.242

A BNDESPAR espera contribuir com a concessão de benefício pós-emprego de assistência e saúde para os próximos doze meses, em aproximadamente R\$ 15.592.

A duração média da obrigação atuarial é de 22,91 anos em 31 de março de 2017 (21,04 anos em 31 de dezembro de 2016).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base em 31 de março de 2017 para os próximos anos:

Plano PAS	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDESPAR	15.592	16.657	41.715	873.226	947.190

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte) e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Varição % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(40.253)	(11,83%)
Redução de 1% a.a.	50.206	14,75%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	12.170	3,57%
Redução de 1 ano na idade	(12.019)	(3,53%)
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	49.771	14,63%
Redução de 1% a.a.	(40.662)	(11,95%)

13.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31/03/2017	31/12/2016
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000 Basic	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 agravada em 100%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30%	Álvaro Vindas
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,36% a.a.	3,36% a.a.
Grupo Apoio	3,34% a.a.	3,34% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	10,08% a.a.	10,08% a.a.
Grupo Apoio	10,06% a.a.	10,06% a.a.
Taxa de desconto nominal	12,02% a.a.	12,79% a.a.
Taxa de inflação	6,50 % a.a.	6,50 % a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	12,02% a.a.	12,79% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00 % a.a.	5,00 % a.a.

13.1.4. Processos Judiciais e Contingências

		PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	16.555	
	Quantidade	15	
Classificação: Possível	Valor	134.523	100
	Quantidade	120	10

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da Fapes. Esses processos totalizam R\$ 16.555 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista.

Conforme Resolução CMN n.º 3.823/2009, para as perdas possíveis a Fapes não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 134.523 no PBB e referem-se a assuntos diversos, a maioria relacionados ao Regulamento do Plano Básico de Benefícios, especialmente interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS esses processos totalizam R\$ 100 e referem-se a inclusão de dependente, atendimento *Home Care* e cancelamento do Plano de saúde.

13.2. Benefícios de rescisão

A BNDESPAR reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados, de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

13.3. Participação nos lucros

A BNDESPAR reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível ao acionista único, BNDES, após certos ajustes. A BNDESPAR reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada.

O detalhamento desta despesa pode ser encontrado na Nota Explicativa n.º 12.5.

13.4. Outros benefícios

	31/03/2017	31/03/2016
Vale-transporte	89	143
Vale-refeição	1.638	2.608
Assistência educacional	579	877
Total	2.306	3.628

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 60.344.504, e está representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

14.1. Ajustes de avaliação patrimonial

	31/03/2017	31/12/2016
Ajuste – acumulado de conversão – reflexo de coligada	(137.015)	43.542
Ajuste – outros resultados abrangentes – reflexo de coligada	31.983	158.925
Ajuste – outros resultados abrangentes – próprios	(300.574)	(291.848)
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda (1)	19.223.107	18.872.142
De títulos próprios	19.190.327	18.934.824
De ativos de empresas coligadas (1)	32.780	(62.682)
Total	18.817.501	18.782.761

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos das empresas do BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de controle de riscos.

Compõem a estrutura de gerenciamento de risco e de controles internos do Sistema BNDES: Conselho de Administração; Diretoria; Comitê de Gestão de Riscos; Subcomitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional e Controles Internos; e unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos.

A Política de Gerenciamento de riscos da BNDESPAR pode ser encontrada nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Risco Operacional

A parcela requerida para risco operacional passou de R\$ 32.338.860, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 35.416.564, em 31 de março de 2017. O aumento da parcela ocorreu pelos seguintes motivos:

- alteração do Fator F de 9,875%, em dezembro/2016, para 9,250%, em março/2017. Esta alteração foi efetivada de acordo com o Artigo 4º da Resolução CMN n.º 4.193/2013; e
- em dezembro de 2016, foram considerados apenas dois períodos anuais e mais um semestre para o cálculo do Indicador de Exposição (IE), ao passo que em março de 2017 foram considerados três períodos anuais, conforme o Artigo 12-A da Circular BACEN n.º 3.640/2013, introduzido pela Circular BACEN n.º 3.739/2014. O 2º semestre de 2016, que só foi considerado no cálculo da parcela em vigor em março de 2017, apresentou o IE superior aos demais semestres.

Risco de mercado, taxa de juros e câmbio

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Grupo de Risco	Fator de Risco	Exposição	
		31/03/2017	31/12/2016
Juros	Selic / DI	1.802.745	2.374.928
Juros	TJLP	498.459	536.837
Juros	Prefixado (Sujeito a Reprecificação)	330.537	227.033
Juros	IGPM	215.828	219.492
Juros	IPCA	3.496.131	2.936.586
Juros	TR	(1.227.363)	(1.207.019)
Câmbio	USD	145.222	149.364
Preços	Ações e equivalentes	46.373.796	47.028.593

Análise de sensibilidade

Apresentamos o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros constantes nas operações da BNDESPAR, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras/econômicas para a Companhia. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerou o efeito tributário incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa e variável.

Os cenários II e III aplicam os choques de 25% e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado, com posição em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Grupo de Risco	Fator de Risco	Risco	31/03/2017		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Juros	Selic / DI	Queda da Selic / DI	61	(22.965)	(38.274)
Juros	TJLP	Queda da TJLP	-	(4.606)	(7.676)
Juros	Prefixado	Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação	(61)	(4.225)	(7.042)
Juros	IGPM	Queda do IGPM	2.007	(966)	(1.610)
Juros	IPCA	Queda do IPCA	3.716	(19.885)	(33.142)
Juros	TR	Alta na TR	(8.879)	(499)	(997)
Câmbio	USD	Queda do câmbio BRL/USD	3.083	(19.169)	(31.949)
Preços	Ações e equivalentes	Queda no preço das ações	4.570.565	(7.651.676)	(15.303.353)

Grupo de Risco	Fator de Risco	Risco	31/12/2016		
			Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Juros	Selic / DI	Queda da Selic / DI	4.927	(36.161)	(60.268)
Juros	TJLP	Queda da TJLP	-	(5.315)	(8.858)
Juros	Prefixado	Alta da taxa Prefixada no momento da reprecificação	17.755	-	-
Juros	IGPM	Queda do IGPM	306	(1.411)	(2.351)
Juros	IPCA	Queda do IPCA	(4.409)	(19.100)	(31.834)
Juros	TR	Alta na TR	(8.020)	(227)	(454)
Câmbio	USD	Queda do câmbio BRL/USD	6.086	(19.716)	(32.860)
Preços	Ações e equivalentes	Queda no preço das ações	5.567.520	(7.759.718)	(15.519.436)

Derivativos de operações de renda variável

Para os derivativos de operações de renda variável, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período.

Para fins da Deliberação CVM n.º 604/2009 e da Instrução CVM n.º 475/2008, na análise de sensibilidade dos derivativos foi considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário foi base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, o preço à vista da ação objeto.

Instrumento	Risco	31/03/2017		
		Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Opcionalidade presente em debêntures	Queda no preço do ativo objeto (ações)	-	(239.490)	(421.844)
Opcionalidade associada a participações acionárias	Alta no preço do ativo objeto (ações)	-	32.883	55.363
Opcionalidade associada a participações acionárias	Queda no preço do ativo objeto (ações)	-	(55.582)	(154.522)

Instrumento	Risco	31/12/2016		
		Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Opcionalidade presente em debêntures	Queda no preço do ativo objeto (ações)	-	(391.192)	(740.215)
Opcionalidade associada a participações acionárias	Alta no preço do ativo objeto (ações)	-	38.342	65.760
Opcionalidade associada a participações acionárias	Queda no preço do ativo objeto (ações)	-	(57.081)	(141.855)

Cabe observar que os impactos das exposições financeiras decorrentes de opicionalidades associadas a participações acionárias devem ser avaliados na direção de queda e de alta do ativo objeto, tendo em vista que tais movimentos impactam de forma diferente em opções de venda e opções de compra.

No que tange às debêntures conversíveis/permutáveis, no caso de não exercício da opção de conversão/permuta, a BNDESPAR permanecerá com a renda fixa das debêntures, recebendo a remuneração e/ou retorno do principal advindo do referido título.

As perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco considerada na análise de sensibilidade em cumprimento da Instrução CVM n.º 475/2008, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações, não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Os impactos negativos nas opções de venda detidas e opções de compra de ações cedidas pela BNDESPAR, decorrentes de variações positivas no ativo objeto, não representam necessariamente potencial prejuízo, uma vez que, sob o ponto de vista econômico, a deterioração do valor de tais opções é compensada pela apreciação do valor de mercado das respectivas ações subjacentes, caso estejam presentes na carteira da BNDESPAR.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além da possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sistema BNDES realiza a gestão de risco de liquidez de forma agregada, não o fazendo de forma individualizada por empresa, monitorando seu risco de liquidez utilizando 3 indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o Liquidity Coverage Ratio (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa em um cenário de estresse de 30 dias corridos. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o LCR3, estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 3 meses. Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, replica-se a metodologia do Net Stable Funding Ratio (NSFR), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Complementando a informação anterior e aplicando uma visão individualizada por empresa, a tabela a seguir apresenta os fluxos financeiros dos passivos da BNDESPAR e respectivos prazos de vencimento. Apesar de a maior parte do passivo contratado ter prazo de vencimento inferior a 5 anos, a BNDESPAR possui ativos líquidos suficientes para cobrir as saídas de caixa programadas.

31/03/2017			
Vencimentos	Repases – BNDES	Debêntures	Outras obrigações (*)
2017	52.507	96.333	-
2018	-	96.333	5.653
2019	27.520	1.894.960	-
2020	64.122	-	-
2021	62.110	-	-
Após 2021	773.534	-	-
Total	979.793	2.087.626	5.653

31/12/2016			
Vencimentos	Repasses – BNDES	Debêntures	Outras obrigações (*)
2017	41.574	932.723	-
2018	-	95.281	5.653
2019	27.422	1.874.265	-
2020	63.894	-	-
2021	-	-	-
Após 2021	-	-	-
Total	132.890	2.902.269	5.653

(*) Inclui: Instrumentos financeiros derivativos, aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários e dividendos a pagar.

Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, passou de R\$ 59.746.527, em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 58.354.452, em 31 de março de 2017. Destacou-se no trimestre uma redução de 23,9% no valor dos ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado.

	31/03/2017	31/12/2016
Itens On Balance		
Ativos financeiros disponíveis para venda	48.225.083	48.792.012
Ativos financeiros designados a valor justo pelo resultado	3.115.496	4.093.937
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.088.866	5.035.446
Outros	1.534.012	1.502.071
Itens Off Balance		
Compromissos a Liberar	390.995	323.061
Total	58.354.452	59.746.527

16. GESTÃO DE CAPITAL

Os principais objetivos do BNDES e de suas controladas relacionados ao gerenciamento de capital encontram-se na Nota Explicativa nº 21.14.

17. CONTRAGARANTIAS PRESTADAS

A Companhia ofereceu em caução 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais) e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias), em contragarantia ao Tesouro Nacional, por conta de aval e empréstimos no montante de US\$ 600 milhões, captados no exterior pelo seu acionista único - BNDES. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As políticas observadas pela BNDESPAR na apuração da informação por segmento encontram-se na Nota Explicativa n.º 21.15.

As informações por segmento operacional foram analisadas e são demonstradas a seguir:

31/03/2017					
	Renda fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	334.087	1.558.140	140.070	-	2.032.297
Receitas de juros + atualização monetária + variação cambial	289.212	-	140.070	-	429.282
Resultado com fundos de investimentos	-	114.055	-	-	114.055
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	1.128.703	-	-	1.128.703
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	32.470	-	-	32.470
Outras receitas	44.875	282.912	-	-	327.787
DESPESAS OPERACIONAIS	(115)	-	(12.739)	-	(12.854)
Despesa de juros + atualização monetária + variação cambial	-	-	(12.739)	-	(12.739)
Outras despesas	(115)	-	-	-	(115)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-	(73.906)	(73.906)
Despesas com pessoal	-	-	-	(44.692)	(44.692)
Despesas tributárias	-	-	-	(31.586)	(31.586)
Despesas administrativas	-	-	-	(9.141)	(9.141)
Atualização monetária de ativos e passivos	-	-	-	15.796	15.796
Depreciação	-	-	-	(691)	(691)
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	-	(3.592)	(3.592)
ITENS NÃO CAIXA SIGNIFICATIVOS	(125.056)	15.589	-	(22.000)	(131.467)
Reversão (constituição) da provisão para redução no valor recuperável	(76.749)	-	-	-	(76.749)
Reversão (constituição) das provisões trabalhistas e cíveis	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Resultado de equivalência patrimonial	-	250.112	-	-	250.112
Atualização monetária e juros de emissões de debêntures	(48.307)	-	-	-	(48.307)
Reversão (constituição) da provisão para perdas em investimentos	-	(246.056)	-	-	(246.056)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	11.533	-	-	11.533
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	208.916	1.573.729	127.331	(95.906)	1.814.070
Tributos sobre o lucro	-	-	-	(573.141)	(573.141)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	208.916	1.573.729	127.331	(669.047)	1.240.929
ATIVOS EM 31/03/2017	9.435.800	64.623.767	5.278.951	2.117.299	81.455.817
Investimentos em coligadas (MEP) em 31/03/2017	-	15.682.532	-	-	15.682.532

31/03/2016					
	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	468.219	390.699	70.415	-	929.333
Receitas de juros + atualização monetária + variação cambial	466.179	-	70.415	-	536.594
Resultado com fundos de investimentos	-	(68.858)	-	-	(68.858)
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	446.114	-	-	446.114
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	8.745	-	-	8.745
Outras receitas	2.040	4.698	-	-	6.738
DESPESAS OPERACIONAIS	(170)	-	(11.662)	-	(11.832)
Despesa de juros + atualização monetária + variação cambial	-	-	(11.662)	-	(11.662)
Outras despesas	(170)	-	-	-	(170)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-	-	-	(132.731)	(132.731)
Despesas com pessoal	-	-	-	(72.361)	(72.361)
Despesas tributárias	-	-	-	(54.991)	(54.991)
Despesas administrativas	-	-	-	(22.196)	(22.196)
Atualização monetária de ativos e passivos	-	-	-	15.878	15.878
Depreciação	-	-	-	(1.220)	(1.220)
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	-	2.159	2.159
ITENS NÃO CAIXA SIGNIFICATIVOS	(107.232)	(3.173.970)	-	(23.011)	(3.304.213)
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	34.245	-	-	-	34.245
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	-	-	-	(23.011)	(23.011)
Resultado de equivalência patrimonial	-	119.004	-	-	119.004
Atualização monetária e juros de emissões de debêntures	(141.477)	-	-	-	(141.477)
Constituição (reversão) da provisão para perdas em investimentos	-	(3.121.944)	-	-	(3.121.944)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(171.030)	-	-	(171.030)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	360.817	(2.783.271)	58.753	(155.742)	(2.519.443)
Tributos sobre o lucro	-	-	-	675.200	675.200
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO TRIMESTRE	360.817	(2.783.271)	58.753	519.458	(1.844.243)
ATIVOS EM 31/12/2016	11.897.865	62.429.973	3.961.872	2.109.386	80.399.096
Investimentos em coligadas (MEP) em 31/12/2016	-	14.609.243	-	-	14.609.243
ATIVOS EM 31/03/2016	12.736.109	48.786.265	2.690.279	5.138.709	69.351.362
Investimentos em coligadas (MEP) em 31/03/2016	-	16.100.003	-	-	16.100.003

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes entre a data destas informações trimestrais intermediárias e a data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações.

20. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A BNDESPAR

20.1. Objetivos e atuação

- Fortalecer as estruturas de capital das empresas e apoiar novos investimentos na economia;
- Apoiar a reestruturação da indústria através de fusões e aquisições;
- Apoiar o desenvolvimento de empresas emergentes;
- Apoiar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas;
- Desenvolver a indústria de fundos fechados de "private equity"; e
- Contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais.

21. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis adotadas pela BNDESPAR são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais significativas consideradas pela Administração da BNDESPAR:

21.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas com base na moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a BNDESPAR opera.

b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista da moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem quando da liquidação de saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

21.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Ativos contabilizados pelo custo amortizado

A BNDESPAR avalia, em cada data de balanço, a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros, contabilizados pelo custo amortizado, possam ser reduzidos ao valor recuperável.

Um ativo ou um grupo de ativos financeiros é reduzido ao valor recuperável, e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável, caso haja evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

A BNDESPAR considera os seguintes itens como evidências objetivas de perdas no valor recuperável:

- Inadimplemento igual ou maior que 90 dias;
- Falência ou concordata do cliente; e
- Recuperação judicial.

Além disso, os seguintes itens qualitativos devem ser monitorados, pois podem indicar uma evidência de redução ao valor recuperável:

- Deterioração de classificação de risco elaborada internamente;
- Fraude;
- Renegociação que afete o fluxo de caixa original da operação (redução);
- Perda das garantias contratuais.

O período estimado entre a ocorrência do evento de perda e sua identificação é definido pela Administração em função da relevância do crédito, sendo de seis meses para créditos significativos e doze meses para créditos não significativos, considerando inclusive qualquer evento extraordinário no mercado, em que a Administração julgue como perda no valor recuperável do ativo.

A BNDESPAR avalia primeiramente se existe evidência objetiva de perda sobre ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda, estes são incluídos em um grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente e para os quais haja perda por redução ao valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, para o qual exista garantia, reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia, menos os custos para obter e vender a garantia, caso a execução da garantia seja provável ou remota.

Os fluxos de caixa futuros do grupo de ativos financeiros que são coletivamente avaliados para fins de redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela BNDESPAR para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Se o montante de perda por redução ao valor recuperável for diminuído em um período subsequente, e a diminuição estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorra após seu reconhecimento, a perda reconhecida anteriormente é revertida, com o montante de reversão reconhecido na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

A BNDESPAR avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros disponíveis para venda esteja sujeito à perda em seu valor recuperável.

Para os títulos de dívida, a BNDESPAR utiliza os mesmos critérios definidos para ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Para os títulos patrimoniais, além dos critérios definidos para ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, as evidências objetivas de perdas no valor recuperável incluem também o declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título abaixo do seu custo. A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. No âmbito do Sistema BNDES, a definição de “declínio significativo ou prolongado do valor justo abaixo do custo” leva em consideração as características de atuação da BNDESPAR e o perfil da sua carteira de participações acionárias, compatíveis com seu papel institucional de subsidiária de um banco de desenvolvimento, que normalmente a distingue das demais organizações por fatores como longo prazo de maturação dos investimentos, ausência de pressão para liquidação (estabilidade do seu *funding*), atuação anticíclica em momentos de maior aversão ao risco e operações de apoio via instrumentos de renda variável, em linha com as diretrizes e políticas institucionais do BNDES. Adicionalmente, o julgamento também considera informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, tais como desempenho do setor, mudanças na tecnologia, fluxo de caixa operacional e financeiro, liquidez das ações e volatilidade.

Quando tal evidência objetiva existe para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo na data-base, menos qualquer perda por redução no valor recuperável reconhecida anteriormente para esse mesmo ativo financeiro – é reciclada do patrimônio líquido para o resultado do período, ressaltando-se que essas perdas não poderão ser revertidas subsequentemente.

A análise do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais, efetuada pela BNDESPAR em 31 de março de 2017, está descrita nas Notas Explicativas n.º 3 e 4.

21.3. Redução no valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de redução ao valor recuperável. Estes ativos também são revisados quanto à verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O ágio, quando apurado na aquisição de coligada, é testado por redução ao valor recuperável juntamente com o investimento avaliado pela equivalência patrimonial.

O valor da provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros, exceto o ágio, é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das informações trimestrais.

21.4. Reconhecimento de Receita

(a) Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de operações financeiras" e "despesas de operações financeiras" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto aqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Receita de honorários e comissões

Receita de honorários e comissões é geralmente reconhecida conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação de instrumentos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos de instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de seu recebimento é estabelecido.

21.5. Estimativas contábeis gerais

A preparação de informações financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras. O uso da informação disponível e a aplicação do julgamento são inerentes à formação de expectativas. Os resultados reais no futuro podem diferir dos relatos.

A Administração da BNDESPAR entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do período e dos fluxos de caixa da BNDESPAR para o período apresentado.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

	Nota Explicativa
Valor justo de ativos e passivos financeiros	n.º 3 e 10
Provisão para redução no valor recuperável	n.º 9
Provisão para perdas em investimentos	n.º 4
Provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários	n.º 11.1
Provisões trabalhistas e cíveis	n.º 11.2
Benefícios a empregados	n.º 13

21.6. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta, em sua maior parte, por ativos classificados como instrumentos financeiros, representados por ações de emissão de empresas sobre as quais a BNDESPAR não exerce influência significativa, sendo avaliadas por seus valores justos. Sua composição também inclui investimentos em empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa.

Influência significativa é definida como o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

Os ativos da carteira de participações societárias da BNDESPAR são oriundos, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

21.6.1. Títulos e Valores Mobiliários – Ações disponíveis para venda

Os Pronunciamentos Técnicos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS prescrevem que as participações societárias em entidades que não sejam controladas, controladas em conjunto ou coligadas devem ser tratadas como instrumento financeiro, aplicando-se o conceito de valor justo como base de avaliação.

Quando inicialmente reconhecidas, a BNDESPAR classifica as participações societárias nas quais não exerce influência significativa na categoria “disponível para venda” e mensura o investimento pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na alienação. As mudanças no valor justo das participações societárias são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da BNDESPAR, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicas ainda não realizadas, registrados na Demonstração do Resultado Abrangente. Quando o investimento é alienado ou apresenta evidência de perda sobre seu valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente e reconhecidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “disponível para venda”, a BNDESPAR leva em consideração o nível de hierarquia conforme descrito na Nota Explicativa n.º 3.2.4.

Adicionalmente, em algumas poucas situações, o investimento é mensurado pelo custo (“Valor de Custo”). É o caso de empresas cujas ações não são listadas em bolsa e que apresentam um intervalo amplo de valores justos possíveis de serem aceitos para a data de referência no âmbito do esforço de avaliação estabelecido no Nível 3, sem que se possa determinar a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, para as quais é mantido o custo de aquisição.

21.6.1.1. Análise do valor recuperável de investimentos em ações disponíveis para venda

A BNDESPAR realizou análise individual do valor recuperável dos instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, baseando-se em (i) informações quantitativas e qualitativas disponíveis no mercado, (ii) características de cada instrumento como risco, setor e volatilidade, (iii) além do exame de declínio significativo ou prolongado no valor justo desses ativos.

Com base nessa avaliação, a Administração identificou que alguns investimentos passaram a apresentar declínio significativo ou prolongado em relação ao seu custo de aquisição, configurando assim uma evidência objetiva de perda. Combinada com uma análise qualitativa desses ativos, ajustes negativos até então registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes (ORA) foram reclassificados para o resultado como “constituição de provisão para perdas em investimentos”. As perdas por redução ao valor recuperável para determinado investimento apuradas após tal reclassificação são reconhecidas diretamente no resultado.

21.6.1.2. Outros resultados com investimentos em ações disponíveis para venda

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas deduzidos de custos e despesas incorridas.

21.6.2. Investimentos – Participações em Coligadas

Coligadas são todas as investidas sobre as quais a BNDESPAR exerce “influência significativa”. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que em alguns casos cujas participações acionárias detidas pela BNDESPAR representam mais de 20% do capital votante, tal presunção de influência significativa não se verifica em termos concretos, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em determinadas entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial o qual determina o reconhecimento inicial do investimento pelo seu valor de aquisição e o posterior aumento ou redução do valor contábil pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas geradas após a aquisição. A participação da BNDESPAR nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida no resultado e sua participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa, diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas por diluição ou por aumento no percentual de participação são reconhecidos no resultado do período em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para a BNDESPAR na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial a BNDESPAR utiliza as informações trimestrais das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações trimestrais de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes da BNDESPAR, possuindo contabilidade não integrada, e, conseqüentemente, cronogramas diversos de elaboração das informações trimestrais, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas.

21.6.2.1. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a BNDESPAR avalia, em cada coligada, a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido, incluindo eventual parcela de ágio. Esta avaliação se dá por meio da comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável, sendo realizada semestralmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado pelo maior valor entre: i) o preço de cotação da BM&FBOVESPA, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa e ii) o valor obtido por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre o capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

21.7. Ativos e passivos financeiros

21.7.1. Ativos financeiros

21.7.1.1. Classificação

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são designados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao valor justo através do resultado (*Fair value option*).

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando (i) adquiridos, principalmente, com o objetivo de negociação no curto prazo, (ii) no reconhecimento inicial forem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros administrados em conjunto e para os quais exista evidência recente de obtenção de lucros a curto prazo, ou (iii) ainda forem um derivativo que não tenha sido designado como instrumento de hedge contábil.

Um ativo financeiro pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e/ou passivos financeiros, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da BNDESPAR, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços. São incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Incluem-se nessa categoria, principalmente, cotas de fundos de investimento, ações de companhias abertas e fechadas e debêntures.

Os ganhos e as perdas oriundos de mudanças no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários, com exceção da perda por redução no valor recuperável, juros calculados pelo método de juros efetivos e ganhos e perdas cambiais calculados sobre ativos monetários, que são reconhecidos diretamente no resultado. Quando o investimento é alienado ou apresenta problemas de recuperação, o ganho ou a perda acumulado anteriormente no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da BNDESPAR de recebê-los.

(c) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Algumas debêntures, classificadas como designadas a valor justo, possuem opções de conversibilidade ou permuta em ações de companhias fechadas. A precificação desses derivativos embutidos ou dos derivativos isolados, ligados a ações não cotadas em bolsa, envolve aspectos/dificuldades relacionados à iliquidez dos mesmos. Assim, por serem títulos conversíveis ou permutáveis em ações de empresas fechadas e, adicionalmente em alguns casos, condicionados a um percentual futuro do capital social de uma entidade ainda não operacional, não possuem referências de preços no mercado, cujo esforço de valoração desses derivativos apresenta um intervalo amplo de valores possíveis sem que se possa determinar, de forma confiável, a probabilidade associada às estimativas que compõem tal intervalo, sendo válida a adoção do seu custo, conforme determinado no item AG81 do Pronunciamento Técnico CPC 38.

Adicionalmente, no que se refere à parcela de crédito dessas debêntures, a possibilidade de cálculo do valor presente dos fluxos descontados não se torna confiável devido à ausência de parâmetros confiáveis de mercado, quer pela inexistência de referências válidas de preços ou de spreads de risco, dados necessários para o desconto a valor presente, segundo os modelos adotados atualmente.

Em função dos fatores mencionados, gerados pela especificidade das operações do Sistema BNDES, conclui-se que a premissa mais confiável é a mensuração do título pela sua curva, visto que o intervalo de estimativas razoáveis do valor justo é significativo e as probabilidades das várias estimativas não podem ser razoavelmente avaliadas.

Os empréstimos e recebíveis compreendem as vendas a prazo de títulos e valores mobiliários, direitos recebíveis e debêntures simples. Tais instrumentos representam apoio financeiro e são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração, quanto ao nível de risco, considerando-se a conjuntura econômica, experiências passadas e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

21.7.1.2. Reconhecimento e mensuração inicial

Os Ativos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da transação, na qual a BNDESPAR se compromete a comprar ou vender o instrumento, exceto para empréstimos, adiantamentos e transações regulares de compra e venda que requerem a entrega em data estabelecida por convenção de mercado, cujo reconhecimento se dá na data de liquidação.

Os ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo através do resultado são inicialmente mensurados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação e receitas de origem reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os demais ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos dos custos de transação e das receitas de origem.

21.7.1.3. Mensuração subsequente

Ativos financeiros classificados nas categorias “disponíveis para venda” e “mensurados ao valor justo através do resultado” são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ativos financeiros classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e para alocar a receita ou a despesa de juros ao período de competência. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a BNDESPAR estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui os eventuais custos de transação, receitas de originação e outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência de perda por redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida usando a taxa efetiva de juros, utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo dos ativos financeiros classificados na categoria “mensurados ao valor justo através do resultado” são incluídos no resultado do período quando ocorrem.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros classificados na categoria “disponíveis para venda” são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, até o ativo financeiro ser baixado ou provisionado por perda ao seu valor recuperável.

Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Os dividendos de títulos patrimoniais classificados na categoria de disponíveis para venda são reconhecidos no resultado no momento em que é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

21.7.1.4. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando os direitos sobre o recebimento dos fluxos de caixa se expiram, ou quando a BNDESPAR transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro.

21.7.1.5. Reclassificações de ativos financeiros

Uma vez feita a classificação de um ativo financeiro em uma categoria específica quando do seu reconhecimento inicial, o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração restringe as circunstâncias nas quais seja permitida ou necessária a transferência de determinado ativo para outra categoria. À exceção da reclassificação da categoria “disponíveis para venda” para a categoria “mantidos até o vencimento”, geralmente mudanças entre categorias somente podem ser feitas em raras circunstâncias, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação inicial.

21.7.1.6. Valor justo dos ativos financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justo dos ativos financeiros a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais, todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis.

Nível 3: técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem (i) preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares; fluxo de caixa descontado, Black-Scholes-Merton (para opções do tipo europeia cujos ativos-objeto são negociados em bolsa) e Simulação de Monte Carlo (para opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores).

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica Black-Scholes-Merton são as seguintes:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada trimestre;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada até o final da primeira quinzena do mês de referência, podendo ser ajustado nos casos em que há oscilação significativa das cotações na data base;
- Preço alvo (*strike price*): projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente, definido como a média dos últimos anos;
- Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 4 anos.

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica “Simulação de Monte Carlo” são as seguintes:

- O valor justo das demais opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores é calculado pela apuração do valor justo da opção com base na diferença entre o valor econômico do ativo objeto, determinado a partir de modelos de precificação baseado em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, e o saldo devedor do contrato da debênture na data de referência;
- O valor justo de opções do tipo americana cujos ativos objetos não são negociados em bolsa de valores é calculado com base em modelo de avaliação de portfólio.

21.7.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, adicionados os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, o saldo é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

21.7.2.1. Classificação

A BNDESPAR somente possui passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao custo amortizado”.

Estão inclusas: as obrigações por debêntures emitidas, empréstimos e repasses e outros valores a pagar.

21.7.2.2. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a BNDESPAR se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao valor justo através do resultado” são inicialmente registrados ao valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos diretamente no resultado.

Os passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao custo amortizado” são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos/deduzidos dos custos de transação e de prêmios e descontos.

21.7.2.3. Mensuração subsequente

Passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao valor justo através do resultado” são subsequentemente mensurados ao valor justo, enquanto os passivos financeiros classificados na categoria “mensurados ao custo amortizado” são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.

21.7.2.4. Baixa

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

21.7.3. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando a BNDESPAR tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

21.7.4. Derivativos

A BNDESPAR, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, a BNDESPAR utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em instrumentos jurídicos ligados à carteira de aplicações financeiras. Assim, quando aplicável, podem ser segregados dos contratos principais e classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, ou todo o contrato é classificado nesta categoria.

21.8. Patrimônio líquido

21.8.1. Pagamento de dividendos

A distribuição de dividendos para o acionista único é reconhecida como um passivo nas informações trimestrais ao final de cada período, com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da BNDESPAR, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

21.8.2. Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros.

21.8.3. Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo.

21.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

Nestas informações trimestrais somente as aplicações em operações compromissadas são consideradas como “caixa e equivalentes de caixa”, cujos vencimentos se darão em três meses ou menos a contar da data da aquisição e registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

21.10. Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

(a) Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

(b) Tributos diferidos sobre o lucro

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias da companhia referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor justo de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de CSLL e aquele decorrente de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, exceto para os créditos fiscais constituídos anteriormente à Resolução CMN n.º 3.059/2002, que são reconhecidos independentemente de possuírem expectativa de realização acima de 10 anos.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com as determinações da Instrução CMV n.º 371/2002. A companhia também observa os preceitos da Resolução CMN n.º 3.059/2002, seguindo as regras adotadas pelo seu controlador, BNDES, para fins de consolidação de informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

21.11. Provisões trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009 e na Deliberação CVM n.º 594/2009, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil n.º 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- **Passivos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- **Provisão:** São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Crítérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	Sem exigência de divulgação e provisionamento
Risco médio	Possível	Divulgação
Risco máximo	Provável	Provisionamento e divulgação

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas informações trimestrais da BNDESPAR, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

21.12. Obrigações de benefícios a empregados

21.12.1. Plano de aposentadoria complementar - Plano Básico de Benefícios - PBB

A BNDESPAR oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a BNDESPAR e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

O plano de aposentadoria complementar oferecido pela BNDESPAR é administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, instituída em 1975 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, hoje BNDES.

A FAPES é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A gestão e a fiscalização da FAPES são realizadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FAPES, responsável pela política geral de administração da Entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio. É constituído de seis membros, sendo três indicados pelos patrocinadores e três eleitos pelos participantes ativos e assistidos, conforme estabelece o Estatuto.

A FAPES opera um plano de benefício definido e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios – PBB é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido que objetiva conceder aos seus participantes a complementação vitalícia do benefício básico concedido pela Previdência Social (INSS).

É prevista a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura regulatória na qual o plano opera

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria SPC n.º 2.598, de 06 de novembro de 2008, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução MPS/CNPC n.º 8 de 31/10/2011**, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das informações trimestrais. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa resolução.
- **Resolução CGPAR 9, de 10/05/2016**, que estabelece as diretrizes e estratégias relacionadas à atuação de estatais patrocinadoras de planos de benefícios; e
- **Resolução CGPC nº 26/2008**, que em suas alterações dispõem sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências.

O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas ou até o limite calculado pela fórmula “Limite da Reserva de Contingência” = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do Plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, o que for menor. Somente os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

Em caso de déficits, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, quando for superior ao limite calculado pela fórmula “Limite de Déficit Técnico Acumulado” = $1\% \times (\text{duração do passivo do Plano} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ (art. 28 da Resolução MTPS/CNPC nº 22/2015).

Tanto a destinação e utilização do superávit quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 29 de dezembro de 2016, com vencimento em 2026.

A Resolução MPS/CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das informações trimestrais. As principais pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004. Em agosto de 2008, foram celebrados instrumentos particulares de retificação e aditamento a esses contratos, que sanaram pendências existentes desde as celebrações originais em novembro de 2004.

21.12.2. Plano de Assistência e Saúde – PAS

A BNDESPAR oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Esta obrigação é calculada anualmente por atuários independentes.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e tem como destinatários os beneficiários titulares e os dependentes destes, tal como definido no Regulamento do Plano.

Os beneficiários do Plano são os empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do beneficiário titular, direito ao Plano por um período de até 25 meses.

As despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS, aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

21.13. Gerenciamento de Riscos

Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O conceito inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A gestão de risco operacional no Sistema BNDES contempla o desempenho das atividades de identificação, avaliação e monitoramento de riscos, controles, de gestão da continuidade de negócios, de cálculo do capital regulamentar e do processo contínuo de comunicação.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional provê as metodologias para o desempenho dessas atividades, amparada pelas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional, de Controles Internos e de Gestão de Continuidade de Negócios, que estabelecem o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES.

Exposição ao Risco Operacional

O valor da parcela do capital mínimo exigido referente ao risco operacional (RWAOPAD) é calculado conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.640/2013, com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado do Sistema BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da Instituição, a fim de buscar o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de câmbio

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial do Sistema BNDES. As estratégias de hedge são feitas para o Consolidado, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

Risco de taxas de juros

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juro de mercado. O risco de juros é controlado para o Sistema BNDES. Adicionalmente, o risco de descasamento entre indexadores e taxas é monitorado mensalmente e está sujeito a limites aprovados pela Diretoria. Os limites são estabelecidos para cada uma das empresas do Sistema BNDES e também para o Consolidado.

Risco de preços

É o risco de o valor justo de instrumentos financeiros oscilarem como resultado de alterações nos preços de mercado, quer sejam essa alteração por fatores específicos do instrumento financeiro, ou fatores que afetam todos os instrumentos financeiros semelhantes negociados no mercado.

Exposição a risco de mercado

A unidade responsável pela gestão de risco de mercado e liquidez do Sistema BNDES acompanha os números relativos às participações societárias da BNDESPAR em companhias abertas listadas na Bovespa, empresas fechadas e nos fundos de investimentos em participações, realizando a marcação a mercado da carteira de ações das companhias abertas. A apuração do risco de juros, câmbio e preços realizados para o Sistema BNDES obedece as metodologias regulamentares. Adicionalmente, utilizam-se outras metodologias de aferição de risco, dentre elas o VaR (*Value at Risk*).

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis compatíveis com o padrão de risco a ser assumido pela Instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem.

A carteira designada para negociação da BNDESPAR é atualmente formada por instrumentos financeiros derivativos.

A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, a ações e cotas de fundos de renda variável, títulos privados com e sem opcionalidade e captações e operações indexadas ao CDI. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços, câmbio e risco de ações. Algumas das ações da BNDESPAR são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução Normativa CVM n.º 475/2008:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/2009, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- Definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução CVM n.º 475/2008, com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- O cenário provável e os de estresse (II e III) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a Instituição.

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) foi calculado com base no beta de cada uma das ações que compõem a carteira da BNDESPAR e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). O valor da carteira de ações em 31 de março de 2017 foi utilizado como base do cenário atual. Foram excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O termo “ações e equivalentes” utilizado no quadro abaixo se refere à carteira de participações acionárias em empresas não coligadas (“ações”) e a instrumentos financeiros com características de títulos patrimoniais (“equivalentes”), classificados no balanço patrimonial como disponível para venda.

No que tange às debêntures conversíveis/permutáveis, no caso de não exercício da opção de conversão/permuta, a BNDESPAR permanecerá com a renda fixa das debêntures, recebendo a remuneração e/ou retorno do principal advindo do referido título.

Para os derivativos analisados, o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período. Para fins da Deliberação CVM n.º 604/2009 e da Instrução CVM n.º 475/2008, na análise de sensibilidade dos derivativos foi considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário foi base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, o preço à vista da ação objeto. O risco associado à alta ou queda no preço do ativo objeto depende do tipo do derivativo.

As perdas potenciais indicadas nos trimestres de deterioração da variável de risco considerada na análise de sensibilidade em cumprimento da Instrução CVM n.º 475/2008, inclusive aquelas relacionadas a instrumentos derivativos originados naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro por intermédio de instrumentos de renda variável, não refletem adequadamente a percepção dos riscos de mercado da BNDESPAR no âmbito da estruturação e contratação das operações; não correspondem a prováveis ônus financeiros e econômicos da Instituição; e também não representam impactos prováveis de ocorrer no resultado do sistema BNDES.

Em relação aos derivativos que constam da presente análise, é importante notar a diferença do impacto econômico entre dois horizontes de tempo: (i) no período completo de vigência do derivativo; e (ii) nos períodos intermediários compreendidos no prazo de vigência do derivativo citado no item (i). No caso do período completo, entre a data de aquisição do derivativo e o seu vencimento (item i), não há risco de perda acumulada no resultado, uma vez que, no momento inicial, esse instrumento possui valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio. Já no caso dos períodos intermediários (item ii), existe o risco de perda de valor dos derivativos em decorrência de eventuais variações negativas no valor justo destes instrumentos. Tais variações nestes períodos geram impacto no resultado e no patrimônio da Instituição.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Sistema BNDES não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; da desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; da redução de ganhos ou remunerações; das vantagens concedidas nas renegociações; e dos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira. As empresas do Sistema BNDES utiliza a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. Os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN n.º 3.644/2013.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES realiza estimativas para os diferentes componentes de risco dos ativos inseridos na parcela regulamentar de capital, além de modelagens de capital econômico por meio de metodologias analíticas e por simulação. Tais análises são desenvolvidas com vistas à implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basileia. Desse modo, o risco da carteira é avaliado por meio da obtenção de estimativas para os seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD); e (iv) a maturidade ou prazo efetivo de vencimento dos contratos.

Entretanto, merece ser destacado que, para a obtenção de estimativas em conformidade com as diretrizes de Basileia, as mensurações devem refletir as perspectivas de perdas (modelo de perdas esperadas), enquanto que as estimativas com vistas ao atendimento do CPC 38 devem evidenciar perdas incorridas. Por esta razão, a unidade responsável pela gestão do risco de crédito trabalha atualmente com bancos de dados e análises segregadas para Basileia e CPC. Particularmente em relação às estimativas exigidas pelos novos padrões contábeis, são efetuadas diversas segmentações e tratamentos específicos entre os quais se encontram o cálculo e a análise dos parâmetros de risco verificados isoladamente para a carteira da BNDESPAR.

Exposição ao Risco de Crédito

As exposições a risco de crédito são calculadas conforme estabelecido pela Circular BACEN n.º 3.644/2013. O valor da parcela RWACPAD é calculado mensalmente com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

21.14. Gestão de Capital

Os principais objetivos, das empresas do Sistema BNDES, relacionados ao gerenciamento de capital são os seguintes:

- Manter uma sólida base de capital que suporte de forma efetiva o desenvolvimento de seus negócios;
- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera; e
- Assegurar rentabilidade compatível com os riscos assumidos pelo BNDES e por suas empresas controladas.

A adequação da estrutura de capital e o monitoramento dos limites relacionados ao capital regulatório são realizados pelo BNDES por meio da implementação de processos, métodos e procedimentos originados das diretrizes definidas pelo Comitê de Basileia, na forma implementada pelo Banco Central do Brasil. Desse modo, a autoridade monetária exige que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN mantenham, permanentemente:

- Um Patrimônio de Referência (PR) compatível com o risco de suas atividades e apurado segundo a Resolução CMN n.º 4.192/2013; e
- Requerimentos Mínimos de Capital em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), apurados em conformidade com os artigos 6º ao 9º da Resolução CMN n.º 4.193/2013.

Dessa forma, com o objetivo de assegurar a compatibilidade entre o capital mantido pela instituição e o capital requerido para fazer frente aos riscos incorridos em suas atividades, todas as exposições a risco provenientes das operações da BNDESPAR estão inseridas nas parcelas componentes do capital regulamentar do BNDES conforme determinado pela legislação vigente. Por outro lado, os ativos da BNDESPAR são considerados, pelo Método de Equivalência Patrimonial, parte integrante do capital mantido pelo BNDES e reportado em suas demonstrações consolidadas.

Adicionalmente, cabe destacar que todos os limites regulamentares apurados pelo BNDES, notadamente àqueles relacionados às exposições aos diferentes riscos, incluem as operações realizadas pela BNDESPAR. De modo semelhante, os indicadores gerenciais monitorados mensalmente para o acompanhamento das exposições permitem tanto a avaliação por empresa do conglomerado econômico financeiro quanto às análises em bases consolidadas.

21.15. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O relatório de Informações por Segmento de Negócios segue as premissas utilizadas no relatório interno fornecido ao “principal gestor das operações”, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. Na BNDESPAR, “o principal gestor das operações” é sua Diretoria, que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos operacionais, conforme previsto no Pronunciamento CPC 22.

Na identificação de seus segmentos divulgáveis, a BNDESPAR organiza suas operações em dois segmentos, em linha com os produtos e serviços que viabilizam seu apoio financeiro: “Renda Fixa”, apoio financeiro através de

instrumentos de renda fixa; e “Renda Variável”, apoio financeiro através de instrumentos de renda variável. O apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa compreende basicamente as operações de aquisição/subscrição de debêntures e as de venda a prazo de títulos e valores mobiliários, enquanto o apoio financeiro através de instrumentos de renda variável inclui basicamente a aquisição de participações societárias e de cotas de fundos de participações. Os recursos excedentes, após aplicação nos segmentos de renda fixa e de renda variável, representam as disponibilidades e compõem “Outros Segmentos”.

A alocação do custo do *funding* aos segmentos operacionais obedece às seguintes premissas: (i) “Renda Variável”: alocação, primeiramente, de recursos próprios, fonte não onerosa, e, caso estes sejam insuficientes, são alocados recursos menos onerosos; (ii) “Outros Segmentos”: alocação das fontes de recursos mais onerosas; e (iii) “Renda Fixa”: o custo alocado é a diferença entre o custo de captação total e os custos de captação alocados ao segmento de renda variável e aos outros segmentos.

As práticas contábeis adotadas na elaboração da informação por segmentos operacionais estão em linha com as práticas contábeis adotadas na apuração das demonstrações contábeis, não sendo necessária qualquer conciliação entre as práticas.

A BNDESPAR avalia o desempenho de seus segmentos com base no lucro operacional líquido. Os tributos sobre o lucro e as despesas tributárias são monitorados de forma centralizada, sem alocação aos segmentos. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

21.16. Alterações de normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

Não houve aplicação inicial de norma, alterações de norma ou mudança voluntária de política contábil decorrente de emissão de normas emitidas pelo CPC no período findo em 31 de março de 2017.

Além disso, não houve emissão de novas, alterações e interpretações de normas pelo CPC para o período findo em 31 de março de 2017.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Fernando Antônio Ribeiro Soares - Presidente

Cleiton dos Santos Araújo

George Alberto de Aguiar Soares

Antônio Carlos de Paiva Futuro

CONSELHO FISCAL:

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Claudio Azevedo Costa

Mariângela Fialek

Rodrigo Sampaio Marques - Suplente

Germano de Oliveira Farias - Suplente

DIRETORIA:

Maria Silvia Bastos Marques – Diretora-Presidente

Cláudia Pimentel Trindade Prates

Claudio Coutinho Mendes

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

Marcelo de Siqueira Freitas

Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos

Ricardo Baldin

Ricardo Luiz De Souza Ramos

Vinicius do Nascimento Carrasco

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA:

Vânia Maria da Costa Borgerth – CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS:

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BNDES Participações S.A.
Brasília – DF

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150
www.grantthornton.com.br

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da BNDES Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 – *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e primeiro trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e ao trimestre findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 06 de março de 2017 e 09 de maio de 2016, respectivamente, sem modificação.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 “S” – DF

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – DF